

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 19/11/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Procurador do Estado de Sergipe**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recurso, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 4 e 6.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da PGE-SE**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/2e34e5d7-ec1c-4427-948e-f40b81607175>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/4d9362c1-8247-4f0f-b66c-1cde6a4d17ea>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA – PROCURADORIA DO ESTADO DE SERGIPE

QUESTÃO 01. No que se refere às fontes do direito administrativo, assinale a opção correta.

a) Segundo a doutrina majoritária, devido à formalidade que caracteriza o direito administrativo, suas fontes são necessariamente escritas.

b) Quando se cita a lei como fonte do direito administrativo, faz-se referência às leis ordinárias regularmente aprovadas pelo Congresso Nacional.

c) Apesar de sua relevância para orientar os agentes públicos, a jurisprudência não é tida como fonte do direito administrativo.

d) A jurisprudência somente é fonte do direito administrativo nos países que adotam o sistema de contencioso administrativo.

e) Leis que são fonte do direito administrativo não necessariamente têm aplicabilidade em todo o território nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Nem sempre as fontes do direito administrativo serão escritas, a exemplo temos os costumes como fonte do direito administrativo.

A alternativa B está incorreta. Não se esgota como fonte do direito administrativo as leis ordinárias, pois são também fontes do direito administrativo a Constituição da República de 1988, leis complementares e medidas provisórias.

A alternativa C está incorreta. A doutrina é fonte do direito administrativo no Brasil.

A alternativa D está incorreta. O Brasil adota o Sistema de Jurisdição Una jurisdição e a doutrina é fonte do direito administrativo no Brasil.

A alternativa E está correta. As leis que são fonte do direito administrativo não necessariamente têm aplicabilidade em todo o território nacional. Existem leis estaduais, municipais e distritais que são fontes de direito administrativo e possuem aplicabilidade apenas em seus respectivos territórios (ex.: Estatuto dos servidores).

QUESTÃO 02. No que concerne aos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

a) No regime estatutário dos servidores públicos, não há margem para negociação das condições de trabalho, porque elas decorrem da lei.

b) No caso de agentes públicos sob regime celetista, não se adotam planos de cargos, porque prevalece a negociação entre empregadores e empregados.

c) Em matéria de legislação de pessoal, a competência para iniciativa legislativa é concorrente do chefe do Poder Executivo, dos parlamentos, dos presidentes de tribunais e do chefe do Ministério Público.

d) A fim de uniformizar as regras e evitar discrepâncias de tratamento, a Constituição Federal de 1988 unificou o regime estatutário dos agentes públicos, para os três níveis da federação.

e) A doutrina, majoritariamente, equipara o significado dos termos “vencimento” quando trata da remuneração dos agentes públicos.

Comentários

A alternativa correta é **letra A**. De fato, não há negociações coletivas ou dissídios coletivos para servidores estatutários. Seu regime jurídico decorre da lei.

A alternativa A está correta. No regime estatutário dos servidores públicos, não há margem para negociação das condições de trabalho, porque elas decorrem da lei.

Essa questão, inclusive, é bastante polêmica. Em se tratando de Empregados Públicos de Pessoa Jurídica de Direito Público, é possível uma margem de negociação das condições de trabalho.

A alternativa B está incorreta. A negociação não prevalecerá em todos os casos.

A alternativa C está incorreta. A competência é privativa do chefe do Poder Executivo, conforme o art. 61, §1º, II, alínea a, da CRFB/88.

A alternativa D está incorreta. A CRFB/88 não prevê se o regime único será estatutário ou celetista.

A alternativa E está incorreta. A Doutrina mais usual trata *vencimentos* (no plural) como remuneração do servidor público, comporta pelo vencimento mais as vantagens de natureza pessoal e *vencimento* diz respeito do vencimento básico do servidor público.

QUESTÃO 03. A respeito dos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

a) A positivação do princípio da moralidade, no direito brasileiro, deu-se apenas com a Constituição Federal de 1988, segundo a doutrina majoritária.

b) O princípio da economicidade, aplicado ao regime das licitações, impõem à administração pública a opção pela proposta que proporcionar maior vantagem econômica.

c) Por força do princípio da supremacia do interesse público, o administrador não tem o poder de renunciar a direitos, poderes e competências da administração pública.

d) Para avaliar o cumprimento dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, não se eva em conta o aspecto da finalidade do ato, mas sim a racionalidade de sua fundamentação.

e) O princípio da publicidade tem importante relação com o princípio republicano, no sentido de que este pressupõe controle dos atos das autoridades, e não pode haver controle sem conhecimento desses atos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O administrador público é mero gesto da coisa pública, sendo seus atos sujeitos a controle. Para tanto, os atos devem ser públicos.

A alternativa A está incorreta. O Princípio da Moralidade é pretérito à Constituição da República de 1988.

A alternativa B está incorreta. Há outros critérios que podem proporcionar maior vantagem econômica à administração pública, não apenas a economicidade.

A alternativa C está incorreta. Pode haver a renúncia da Administração Pública em determinados poderes, como a exemplo do contrato privado. Além disso, o Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público é que rege a indisponibilidade de enunciados, poderes e competências.

A alternativa D está incorreta. A proporcionalidade deve considerar, obrigatoriamente, a finalidade do ato. Pois trata de meios mais adequados a atingir a finalidade pretendida pela Administração.

A alternativa E está correta. Pois o princípio da publicidade tem importante relação com o princípio republicano, no sentido de que este pressupõe controle dos atos das autoridades, e não pode haver controle sem conhecimento desses atos.

QUESTÃO 04. No que diz respeito ao direito de regresso, assinale a opção correta.

- a) Os juízes podem ser responsabilizados com base no direito de regresso.**
- b) O direito de regresso não pode ser invocado nos casos de atos meramente culposos de agente público.**
- c) Agente público que deva ressarcir o Estado em caráter regressivo somente poder ser responsabilizado na via judicial**
- d) Não tem direito de regresso contra o poder concedente o concessionário de serviço público que tenha causado dano.**
- e) Pelo fato de exercerem a atividade a título privado, não cabe responsabilização do Estado por atos de notários e registradores nem, em consequência, direito de regresso contra estes.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Essa questão é passível de recurso, pois a alternativa A também pode estar correta.

A alternativa A está incorreta. Em regra os juízes podem ser responsabilizados com base no direito de regresso. Mas se houver atuação com dolo ou fraude, cometendo erro judiciário, poderá ser responsabilizado.

A alternativa B está incorreta. O direito de regresso pode ser invocado e caso de prática de ato culposo do agente público.

A alternativa C está incorreta. Poderá ser cobrado em via administrativa, também.

A alternativa E está incorreta. O Estado responderá de forma direta e objetivamente em caso de atos de notários e registradores, quando praticarem atos com dolo ou culpa, cabendo o direito de regresso por parte do Estado.

QUESTÃO 05. As servidões administrativas

- a) impõem-se apenas para realização de obra pública.**
- b) podem atingir bem público.**
- c) não podem ser impostas por decisão judicial.**
- d) são integralmente regidas pelas normas do Código Civil.**
- e) não geram direito a indenização, pelo fato de não importarem perda da propriedade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A servidão administrativa é medida interventiva, imposta pelo Poder Público, constituindo direito real de uso e gozo de propriedade alheia, em prol da coletividade, seja em benefício de um serviço público ou de um imóvel a ser afetado pela finalidade pública.

A exemplo do que ocorre com a desapropriação (DL 3.365/ 1941) art. 2º §2º: *Será exigida autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados.*

A alternativa B está correta. As servidões administrativas, desde que autorizadas em lei, podem atingir bem público.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa B.

QUESTÃO 06. Relativamente ao processo administrativo e à Lei n.º 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo), assinale a opção correta.

a) Quando não houver previsão legal específica de autoridade competente para instaurar processo administrativo, este deverá ser iniciado pelo presidente ou por quem ocupe função equivalente do órgão administrativo.

b) Não é admissível decisão com fundamentação por meio de remissão a outras peças de processo administrativo (fundamentação *per relationem*).

c) A administração pública pode adotar decisões coordenadas, entendidas como aquelas que envolvam três ou mais setores, órgãos ou entidades públicas, em qualquer espécie de processo administrativo.

d) A instrução dos processos administrativos pode ocorrer na fase recursal.

e) No caso de um particular descumprir o dever legal de proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé, a administração pública pode impor-lhe a sanção de vedação de acesso ao processo administrativo, pelo prazo de até 15 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Trata-se de uma questão bastante polêmica, passível de recurso. Passamos a analisá-la seguir.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art.17 Lei n.º 9.784/1999, inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

A alternativa B está incorreta. Pois conforme o Art. 50 (...) §1º *A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.*

A alternativa C está incorreta. Pois não é qualquer espécie que permite decisões coordenadas.

A alternativa D está correta. No processo administrativo é regido pela verdade material, podendo produzir prova a qualquer momento. Contudo, a Lei n.º 9.784/1999 diz que as provas serão produzidas na fase instrutória, antes da prolação da instrução, vejamos: *Art. 38. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.*

Entretanto, há o entendimento que, em virtude do Princípio da Verdade Real, possa ser produzido a qualquer momento.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão de sanção nesse sentido, o que tornaria a medida inconstitucional.

QUESTÃO 07. À luz da Lei Complementar n.º 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), assinale a opção correta.

a) No cálculo da receita bruta, para efeito de enquadramento de microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) no regime da Lei Complementar n.º 123/2006, deve-se computar as vendas canceladas.

b) No tratamento de MEs e EPPs, a Lei Complementar n.º 123/2006 dispensa, para registro de empresários e pessoas jurídicas, o cumprimento de requisitos de segurança sanitária, metrologia e controle ambiental.

c) O recolhimento mensal, em documento único de arrecadação, no regime Simples Nacional, por parte de MEs e EPPs, não exclui de todos os impostos e contribuições que possam incidir na sua atividade empresarial.

d) No caso de ME ou EPP tornar-se inadimplente para com órgão ou ente da administração pública federal, a cobrança do crédito não pode implicar inscrição da devedora no Cadastro Informativo de Crédito

e) Microempreendedores individuais (MEIs), podem optar pelo recolhimento de tributos na sistemática do Simples Nacional, desde que, entre outros requisitos, não possuam mais que cinco estabelecimentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Não serão computadas as vendas canceladas.

A alternativa B está incorreta. Há a flexibilização, mas não há a dispensa do cumprimento de requisitos de segurança sanitária, metrologia e controle ambiental: *Art. 6º Os requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.*

A alternativa C está correta. Não há exclusão de todos os impostos e contribuições que possam incidir na sua atividade empresarial.

A alternativa D está incorreta. Conforme prevê o art. Art. 21-A a inscrição de microempresa ou empresa de pequeno porte no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal - CADIN, somente ocorrerá mediante notificação prévia com prazo para contestação.

A alternativa E está incorreta. O requisito é não ter mais de 1 (um) estabelecimento: *Art. 18-A (...) §4º Não poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput deste artigo o MEI: II - que possua mais de um estabelecimento.*

QUESTÃO 08. Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a opção correta.

- a) No regime da LGPD, dados anonimizados podem, para fins de proteção legal, a característica de dados pessoais, não podendo o processo de anonimização ser revertido.
- b) A LGPD proíbe, em qualquer caso, a transferência internacional de dados pessoais.
- c) A LGPD contém normas para proteção dos titulares de dados contra danos patrimoniais causados por controladores e operadores de dados, mas não prevê responsabilidade por danos morais, os quais, quando for o caso, devem se basear na legislação civil.
- d) Quando o tratamento de dados houver tido consentimento do titular, este tem direito a obter cópia eletrônica integral dos dados, caso em que não se aplica a reserva de sigilo comercial.
- e) Se um pesquisador de determinado órgão de pesquisa realizar tratamento de dados pessoais para fins apenas acadêmicos e não econômicos, ele não necessariamente precisará obter consentimento do titular dos dados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra**

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 12 da LGPD, os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais para os fins desta Lei, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 33 da LGPD prevê a possibilidade de transferência internacional de dados pessoais somente é permitida nos seguintes casos: V - O vazamento de dados pessoais, a despeito de se tratar de falha indesejável no tratamento de dados de pessoa natural por pessoa jurídica, não tem o condão, por si só, de gerar dano moral indenizável.

A alternativa C está correta. O dano moral não é presumido, sendo necessário que o titular dos dados comprove eventual dano decorrente da exposição dessas informações (AREsp n. 2.130.619/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 7/3/2023, DJe de 10/3/2023), conforme também prevê o art. 33, V da LGPD.

A alternativa D está incorreta. Conforme previsão expressa da Lei, o art. Art. 19 prevê o seguinte: (...) §3º Quando o tratamento tiver origem no consentimento do titular ou em contrato, o titular poderá solicitar cópia eletrônica integral de seus dados pessoais, observados os segredos comercial e industrial, nos termos de regulamentação da autoridade nacional, em formato que permita a sua utilização subsequente, inclusive em outras operações de tratamento.

A alternativa E está incorreta, conforme comentário da letra D.

QUESTÃO 09. Acerca dos bens públicos assinale a opção correta

- a) Todas as ilhas do território brasileiro são bens de uso comum de propriedade da União.
- b) Bens móveis podem ser bens públicos.
- c) Bens públicos especiais podem ser alcançados pela usucapião.
- d) Bens públicos dominicais são inalienáveis.
- e) As unidades de conservação instituídas com base na legislação ambiental são bens de uso especial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Nem todas ilhas são de propriedade da União. A exemplo, temos as ilhas pertencentes a municípios, conforme prevê o art. 26 da Constituição da República de 1988: Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados: II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros (...).

A alternativa B está correta. Bem móveis podem ser bens públicos. Os bens públicos pertencem à pessoa jurídica de direito público, podendo ser estes de qualquer natureza, inclusive, móvel.

A alternativa C está incorreta. Os bens de uso especial (art. 99, II do Código Civil) não podem ser objetos de usucapião, conforme tutela o art. 102 do Código Civil: os bens públicos não estão sujeitos a usucapião. Ainda, a Constituição da República de 1988, em seu art. 183, §3º prevê que os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

A alternativa D está incorreta. Bens dominicais podem ser alienados de forma condicionadas, isto é, quando preenche requisitos condicionantes previstos em lei. Conforme prevê o art. 101 do Código Civil: os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei. Ressalta-se que a alienação de bens públicos está subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, como determina o art. 17, caput, da Lei n.º 8.666/93.

A alternativa E está incorreta. As Unidades de Conservação nem sempre serão bens de uso especial. Conforme o art. 99, I do Código Civil, são bens públicos os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

QUESTÃO 10. De acordo com a Lei Estadual nº 2.148/1977(Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe), assinale a opção correta.

a) O conjunto de cargos de comissão e de provimento efetivo de um órgão ou ente público constitui uma classe de servidores.

b) Entre outros requisitos, somente se concederá licença para tratamento de saúde de pessoa da família de servidor caso seja constatada incompatibilidade da assistência à pessoa com o exercício simultâneo das funções, por parte do servidor.

c) Ocorre readaptação quando um servidor aposentado retorna ao serviço ativo, em cargo compatível com sua condição presente.

d) A entrada em exercício de servidor no cargo que haja sido por ele provido deve ocorrer em 15 dias, improrrogáveis.

e) Se um servidor em débito com a administração pública vier a falecer antes de liquidada a dívida, esta será considerada extinta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O conceito trazido na alternativa referente ao que a Lei denominou de “quadro”, conforme previsto no artigo 2º, inciso VII, da Lei Estadual n. 2.148/1977: Art. 2 - Para os fins deste Estatuto, entende -se por: [...] VII - Quadro, o conjunto dos cargos de provimento efetivo e em comissão, e funções de confiança.

O conceito de classe de servidores vem previsto no inciso III do aludido dispositivo: Art. 2 - Para os fins deste Estatuto, entende-se por: [...] III - Classe, o conjunto de cargos da mesma denominação e com iguais atribuições e responsabilidades.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do art. 126, II e III, da Lei Estadual n. 2.148/1977: Art. 126 - A licença para tratamento de saúde de pessoa da própria família será concedida a pedido do funcionário, mediante a seguinte comprovação: I - Do vínculo de parentesco, ou matrimonial. Com a pessoa doente; II - Da indispensabilidade da assistência pessoal e permanente do funcionário à pessoa doente; III - Da incompatibilidade da assistência de que trata o item II com o exercício simultâneo do cargo.

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o art. 20 da Lei Estadual n. 2.148/1977: Art. 20 - Readaptação é a passagem do funcionário, de um para outro cargo mais compatível com a sua capacidade física ou mental, nos casos em que se não justifique a aposentadoria.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 41, parágrafo único, da Lei Estadual n. 2.148/1977: Art. 41. O exercício do cargo terá início no prazo de 15 (quinze) dias, contados: I - Do dia da publicação do ato, nos casos de remoção e de reintegração; II - Do dia da posse, nas demais hipóteses de provimento. **Parágrafo único - Salvo no caso de remoção, o prazo de que trata este artigo poderá ser prorrogado por igual período, a juízo da Autoridade competente para a tomada de posse do funcionário.**

A alternativa E está incorreta. Conforme disposto no art. 82, §2º, da Lei Estadual n. 2.148/1977: § 2 - Se o funcionário for exonerado, demitido, ou vier a falecer antes de liquidado o seu débito para com a Fazenda Estadual, a quantia devida será inscrita como dívida ativa, para efeito de cobrança administrativa ou judicial.

QUESTÃO 11. A respeito da normatividade constitucional, assinale a opção correta

- a) O reconhecimento de mutações constitucionais contrários ao texto da Constituição a torna excessivamente dependente dos fatores reais de poder.**
- b) A norma constitucional tem seu texto expresso na Constituição.**
- c) A repristinação constitucional ou constitucionalidade superveniente é acolhida pelo ordenamento jurídico brasileiro.**
- d) O Poder Judiciário monopoliza a competência para interpretar as normas constitucionais.**
- e) A teoria positivista rejeita a hipótese de lacunas constitucionais.**

Comentários

As alternativas corretas são as **letras A e E**.

A alternativa A está correta. Acredita-se que esta será a alternativa correta pela banca, a depender da interpretação adotada.

Sabemos que a mutação constitucional encontra, segundo a doutrina majoritária, limites no texto da Constituição. Assim, estão vedadas as mutações constitucionais contrárias ao texto da constitucional. E, de fato, reconhecer tal possibilidade deixaria à cargo daqueles detentores momentâneos do poder político decidir, de forma excessiva, o que é a Constituição. Não haveria limites à interpretação constitucional.

A alternativa B está incorreta. Norma não se confunde com o texto expresso. A norma constitucional é extraída do texto a partir da interpretação. Logo, é possível que haja norma sem texto expresso, uma vez que pela interpretação pode-se extrair normas que estejam implícitas no texto.

A alternativa C está incorreta. "Em nosso ordenamento jurídico, não se admite a figura da constitucionalidade superveniente. Mais relevante do que a atualidade do parâmetro de controle é

a constatação de que a inconstitucionalidade persiste e é atual, ainda que se refira a dispositivos da Constituição Federal que não se encontram mais em vigor. Caso contrário, ficaria sensivelmente enfraquecida a própria regra que proíbe a convalidação. A jurisdição constitucional brasileira não deve deixar às instâncias ordinárias a solução de problemas que podem, de maneira mais eficiente, eficaz e segura, ser resolvidos em sede de controle concentrado de normas.[ADI 2.158 e ADI 2.189, rel. min. Dias Toffoli, j. 15-9-2010, P, DJE de 16-12-2010.]"

A alternativa D está incorreta. Não há monopólio da interpretação constitucional. Conforme nos ensina Konrad Hesse, temos uma sociedade aberta dos intérpretes da Constituição. O Poder Executivo, o Poder Legislativo e a sociedade também interpretam a Constituição.

A alternativa E está correta. A depender da interpretação conferida, poderá ser considerada correta pela Banca, embora acredite-se que há maior probabilidade em relação à letra A. A teoria positivista, inicialmente, enxerga o ordenamento jurídico positivo como sendo logicamente perfeito e acabado, fechado em si mesmo. Dessa forma, não haveria possibilidade de se falar em lacunas normativas. Nesse sentido, Kelsen afirma que as lacunas normativas não passam de meras ficções jurídicas.

De outro lado, se considerarmos os avanços posteriores e o entrelaçamento com a realidade, que comprovam a impossibilidade de o direito posto resolver todos as situações e conflitos sociais, e ainda a ideia de lacuna ficta, tal qual posta por Kelsen, será possível afirmar que mesmo os positivistas aceitam a ideia de lacunas constitucionais, a serem suplantadas pela analogia ou mesmo pela discricionariedade do julgador.

QUESTÃO 12. Acerca da formação e modificação da Constituição, assinale a opção correta.

a) As Constituições super-rígidas não admitem modificação de seu texto.

b) O poder constituinte estadual ou distrital está limitado apenas pela observância dos direitos e das garantias fundamentais.

c) A revisão constitucional corresponde ao conjunto de regras e procedimentos a que se submetem as propostas de emenda ao texto constitucional.

d) Nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF), o povo é o titular do poder constituinte.

e) O poder constituinte originário é um poder limitado pelos direitos naturais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. As super-rígidas admitem modificação de parte de suas normas. Essas constituições super-rígidas, apesar de sua robustez e complexidade, permitem a alteração de algumas de suas normas. Esse processo de modificação, embora rigoroso, é essencial para adaptar a lei máxima à evolução social e política. Assim, elas mantêm a estabilidade jurídica ao mesmo tempo em que evoluem.

A alternativa B está incorreta. Há limites outros limites. Art. 11 do ADCT: Cada Assembléia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta.

A alternativa C está incorreta. Na verdade, a reforma constitucional corresponde ao conjunto de regras e procedimentos a que se submetem as propostas de emenda ao texto constitucional.

A alternativa D está correta. Art. 1º, parágrafo único, da CF. " Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se

em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

A alternativa E está incorreta. Para o STF, o poder constituinte originário é considerado ilimitado e autônomo. Ele fundamenta a criação ou renovação total da Constituição, estabelecendo as bases jurídicas e políticas de um Estado. Este poder não está restrito por normas anteriores, moldando a ordem constitucional livremente.

QUESTÃO 13. Em relação aos direitos, ao deveres e às garantias fundamentais assinale a opção correta.

- a) O controle de convencionalidade não é admitido pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- b) O direito à educação antes dos 5 anos de idade é direito fundamental condicionado à reserva do possível.
- c) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos compõem o bloco de constitucionalidade;
- d) O preceito convencional aprovado com status de emenda à Constituição se aplica de forma prevalente sobre o texto originário da Constituição, se for mais favorável ao titular do direito.
- e) O direito ao esquecimento é direito fundamental implícito no direito à intimidade e à vida privada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O STF reconhece o controle de convencionalidade no ordenamento jurídico brasileiro. Este mecanismo avalia a compatibilidade das normas internas com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Assim, assegura a coerência das leis nacionais com os compromissos internacionais assumidos.

A alternativa B está incorreta. (Tema 548 RG): A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte: 1 - A educação básica em todas as suas fases, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2 - A educação infantil compreende creche, de 0 a 3 anos, e a pré-escola, de 4 a 5 anos. Sua oferta pelo poder público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3 - O poder público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica.

A alternativa C está incorreta. Na verdade, somente os tratados e convenções de direitos humanos incluídos pelo art. 5º, §3º, da CF, aprovados pelo rito específico, é que compõem o bloco de constitucionalidade. "§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

A alternativa D está correta. Quando um preceito convencional é aprovado com status de emenda constitucional, ele se sobrepõe ao texto original da Constituição se oferecer maior proteção ao titular

do direito. Isso assegura a primazia dos direitos humanos e a atualização da ordem jurídica conforme avanços e pactos internacionais.

A alternativa E está incorreta. STF não reconhece o direito ao esquecimento. "Por decisão majoritária, nesta quinta-feira (11), o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu que é incompatível com a Constituição Federal a ideia de um direito ao esquecimento que possibilite impedir, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos em meios de comunicação. Segundo a Corte, eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, com base em parâmetros constitucionais e na legislação penal e civil.

O Tribunal, por maioria dos votos, negou provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 1010606, com repercussão geral reconhecida, em que familiares da vítima de um crime de grande repercussão nos anos 1950 no Rio de Janeiro buscavam reparação pela reconstituição do caso, em 2004, no programa "Linha Direta", da TV Globo, sem a sua autorização. Após quatro sessões de debates, o julgamento foi concluído hoje, com a apresentação de mais cinco votos (ministra Cármen Lúcia e ministros Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Marco Aurélio e Luiz Fux)." (Disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=460414&ori=1>, acesso em 20/11/2023).

QUESTÃO 14. No que se refere à organização do Estado e à preservação do princípio federativo, assinale a opção correta.

a) Os estados podem desmembrar-se para se anexarem a outros mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.

b) A preferência por servidor do mesmo estado, como critério de desempate em concurso público para o provimento de cargo estadual, não configura violação ao princípio federativo.

c) O direito de secessão é, na hipótese de invasão estrangeira, garantido pela CF.

d) Não ofende o princípio da laicidade estatal a obrigação legal de manter livros religiosos em bibliotecas públicas.

e) A hierarquia na cobrança judicial dos créditos da dívida pública da União aos estados e ao Distrito Federal não descumpra o princípio federativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Vejamos o dispositivo do Art. 18, §3º, da CF. " Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. (...) § 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar."

A alternativa B está incorreta. Há violação ao art. 19, III, da CF. STF, ADI 5358. Observe-se que " Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si." Ademais, " O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é inconstitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos que já sejam servidores públicos de um determinado ente federativo. Por

decisão majoritária na sessão virtual encerrada em 27/11, a Corte julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5358, para invalidar norma do Pará nesse sentido.

Na ação, a Procuradoria-Geral da República (PGR) questionava a validade do artigo 10, parágrafos 1º e 2º, da Lei estadual 5.810/1994 do Pará, que adotou, como critério de desempate, a preferência ao candidato que seja servidor público estadual. Segundo a PGR, a norma favorecia pessoas que prestaram serviços especificamente no Pará, sem levar em consideração as aptidões necessárias ao cargo a ser provido e desconsiderando o aspecto meritocrático. Os dispositivos, que já estavam suspensos desde a concessão da liminar em novembro de 2015 pelo relator, também estabeleciam que, se persistisse o empate, a vaga seria dada ao servidor estadual com mais tempo de serviço." (Disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456432&ori=1>, acesso em 20/11/2023).

A alternativa C está incorreta. Art. 1º, caput, da CF (Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:...). Não há direito de secessão garantido. A invasão estrangeira poderá acarretar, no máximo, intervenção federal (art. 34 da CF).

A alternativa D está incorreta. STF decidiu que ofende o art. 19, I, da CF. STF, ADI 5256.

A alternativa E está incorreta. STF, ADPF 357: "A definição de hierarquia na cobrança judicial dos créditos da dívida pública da União aos Estados e Distrito Federal e esses aos Municípios descumpra o princípio federativo e contraria o inc. III do art. 19 da Constituição da República de 1988. 4. Cancelamento da Súmula n. 563 deste Supremo Tribunal editada com base na Emenda Constitucional n. 1/69 à Carta de 1967".

QUESTÃO 15. No que diz respeito às repartições de competências legislativas entre os entes da Federação, assinale a opção correta.

- a) É inconstitucional lei estadual que conceda porte de armas a procuradores do estado.**
- b) Cabe a lei municipal a restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo por ser matéria afeita a interesse local.**
- c) É constitucional lei estadual que regulamente o homeschooling, independentemente de lei nacional sobre o tema.**
- d) Compete aos estados e ao Distrito Federal suplementar a legislação da União acerca de populações indígenas.**
- e) Cabe à lei estadual dispor sobre formas de pagamento dos planos privados de assistência à saúde.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. STF, ADI 4.987. Por decisão unânime, o Supremo declarou inconstitucional uma lei do Distrito Federal que permitia porte de arma para auditores tributários, membros da assistência judiciária e procuradores do DF. A decisão ocorreu em sessão virtual concluída em 7 de abril de 2023, durante a análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4987, proposta pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o artigo 50 da Lei distrital 3.881/2006. O ministro Nunes Marques, relator da ação, enfatizou que somente a União tem autoridade para legislar e controlar a produção e comércio de armas de fogo, conforme os artigos 21 e 22 da Constituição.

A alternativa B está incorreta. STF, ADP 449: "1 – A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência. 2 – No exercício de sua competência para a regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal (Constituição Federal, artigo 22, inciso XI).

A alternativa C está incorreta. STF, ARE 1459567. A competência sobre a matéria é privativa da União. "O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) que julgou inconstitucionais dispositivos de lei daquele estado que previam a possibilidade de ensino domiciliar (homeschooling). A decisão se deu no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1459567. Competência. Em sua decisão, o TJ-SC entendeu que a matéria sobre ensino domiciliar é de competência legislativa privativa da União. Além disso, a lei estadual, de iniciativa parlamentar, havia invadido a competência do chefe do Poder Executivo municipal para editar lei que estabeleça novas atribuições aos órgãos da administração pública, inclusive com aumento de despesa. Método pedagógico. No recurso, o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, sustentava que a Lei Complementar estadual 775/2021 não trata de educação nacional, mas de um método pedagógico por meio do qual se concretiza o direito constitucional à educação, respeitando os critérios previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996). Repercussão geral. Ao negar seguimento ao recurso, o ministro Alexandre de Moraes ressaltou que a decisão do TJ-SC está de acordo com o entendimento do STF de que o ensino domiciliar não é um direito público subjetivo do aluno ou de sua família, pois essa modalidade não existe na legislação federal. Essa posição foi adotada no julgamento do RE 888815, com repercussão geral (Tema 822), em que a Corte assentou que a Constituição não veda o homeschooling, desde que a criação se dê por meio de lei federal." (Disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=516634&ori=1>, acesso em 20/11/2023).

A alternativa D está incorreta. Art. 22, XIV, da CF: A competência é privativa da União para legislar sobre populações indígenas. Vejamos. " Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...) XIV - populações indígenas;"

A alternativa E está incorreta. STF, ADI 7023. Seguros e direito civil – matéria de competência privativa da União (art. 22, I, da CF). " O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de lei do Estado do Rio de Janeiro que amplia as formas de pagamento dos planos privados de assistência à saúde. Por unanimidade dos votos, na sessão virtual encerrada em 17/2, a Corte entendeu que a norma estadual viola a competência privativa da União para legislar sobre a matéria.

A União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) questionava, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7023, a validade da Lei estadual 9.444/2021, que obrigava as operadoras a aceitarem pagamentos por meio de cartão de crédito, boleto digital e PIX." (Disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=503391&ori=1>, acesso em 20/11/2023).

QUESTÃO 16. No que concerne ao regime constitucional dos servidores públicos, assinale a opção correta.

a) Para a concessão da aposentadoria especial do professor, exclui-se o período de atividades de direção de unidade escolar em estabelecimentos de educação infantil.

b) A CF autoriza a acumulação de quaisquer cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários.

c) O exercício do direito de greve é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

d) O teto de retribuição constitucional aplica-se, por prestação, ao aposentado que acumula retribuição pecuniária estatal a título de proventos e pensão por morte.

e) A garantia da irredutibilidade de subsídio impede a aplicação imediata do teto de retribuição constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Para a concessão da aposentadoria especial de que trata o art. 40, § 5º, da Constituição, conta-se o tempo de efetivo exercício, pelo professor, da docência e das atividades de direção de unidade escolar e de coordenação e assessoramento pedagógico, desde que em estabelecimentos de educação infantil ou de ensino fundamental e médio. [Tese definida no RE 1.039.644 RG, rel. min. Alexandre de Moraes, P, j. 12-10-2017, DJE 257 de 13-11-2017, Tema 965.]

A alternativa B está incorreta. Art. 37, XVI, da CF: XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

A alternativa C está correta. Tema 541: 1 - O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública. 2 - É obrigatória a participação do Poder Público em mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do art. 165 do CPC, para vocalização dos interesses da categoria.

A alternativa D está incorreta. Está sujeito ao teto a somatória. Em tema de repercussão geral (tema 359), o Supremo Tribunal Federal analisou a possibilidade de servidora pública aposentada acumular sua aposentadoria com a pensão por morte do cônjuge, também servidor público. A decisão foi baseada no artigo 37, inciso XI, da Constituição de 1988, alterado pela Emenda Constitucional 19/1998, que inclui "pensões" no limite remuneratório, mesmo em casos de acúmulo. Esta interpretação foi reforçada pela Emenda Constitucional 41/2003. Assim, a Corte Constitucional estabeleceu que, se a morte do provedor da pensão ocorreu após a Emenda Constitucional 19/1998, o teto constitucional do artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, se aplica à soma da remuneração ou à combinação de aposentadoria e pensão recebida por um servidor.

A alternativa E está incorreta. Aplica-se ao teto mesmo àqueles que contam com a garantia da irredutibilidade do salário. Exemplo: Art. 95, III, da CF. Veja-se: " Art. 95. Os juizes gozam das seguintes garantias: (...) III - irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

QUESTÃO 17. Acerca das regras constitucionais que regem o processo legislativo, assinale a opção correta.

a) Em processos de iniciativa reserva ao chefe do Executivo não relacionados às leis orçamentárias não se admite emenda parlamentar que implique aumento das despesas previstas no projeto inicial.

b) Em caso de relevância e urgência, admite-se medida provisória que resolva conflitos de competência, em matéria tributária, entre os estados, o Distrito Federal e os municípios.

c) A CF reservou à lei complementar a regulamentação do processo legislativo de iniciativa popular, vedando restrições que obstem o exercício da soberania do povo.

d) O processo legislativo previsto nas constituições estaduais não sofre restrições pelas normas de idêntico teor previstas na Constituição Federal.

e) É de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo projeto de lei que disponha sobre matéria tributária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Art. 63, I, da CF/88. Vejamos: "Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;"

A alternativa B está incorreta. MP não pode versar sobre matéria reservada à lei complementar (art. 62, §1º, III, da CF), como é o caso do conflito de competência em matéria tributária (art. 146, I, da CF). Assim temos: " Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001) § 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: III - reservada a lei complementar;" e " Art. 146. Cabe à lei complementar: I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;"

A alternativa C está incorreta. Não há reserva de lei complementar (art. 14, III, da CF). "Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; e III - iniciativa popular."

A alternativa D está incorreta. STF aplica o princípio da simetria em matéria de processo legislativo. Logo, as Constituições Estaduais devem observar o que está previsto na Constituição Federal (normas de reprodução obrigatória). Exemplo: STF, ADI 6453.

A alternativa E está incorreta. Errado, não há previsão no art. 61, §1º, da CF. Nesse sentido: LEI INICIATIVA MATÉRIA TRIBUTÁRIA PRECEDENTES. O Legislativo tem a iniciativa de lei versando matéria tributária. Precedentes do Pleno em torno da inexistência de reserva de iniciativa do Executivo Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 2.464, relatora ministra Ellen Gracie, Diário da Justiça de 25 de maio de 2007, e nº 2.659/SC, relator ministro Nelson Jobim, Diário da Justiça de 6 de fevereiro 2004. AGRAVO ARTIGO 557, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL MULTA. Se o agravo é manifestamente infundado, impõe-se a aplicação da multa prevista no § 2º do artigo 557 do Código de Processo Civil, arcando a parte com o ônus decorrente da litigância de má-fé. (RE 680608 AgR, Relator Marco Aurélio, Dje 19.9.2013, Primeira Turma).

QUESTÃO 18. Assinale a opção correta a respeito do controle de constitucionalidade.

a) O princípio da subsidiariedade não se aplica à arguição de descumprimento de preceito fundamental.

b) O procurador-geral de estado está obrigado a defender o ato normativo estadual impugnado em face da Constituição Federal.

c) Cabe recurso extraordinário da ação direta de inconstitucionalidade estadual por descumprimento de dispositivo constitucional de repetição obrigatória.

d) O amicus curiae é legitimado para interpor recursos nos processos de controle concentrado de constitucionalidade.

e) A CF atribui ao governador de estado a prerrogativa de propor representação de inconstitucionalidade estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Aplica-se, art. 4º, §1º, da Lei n. 9.882/99. Vejamos: "Art. 4º A petição inicial será indeferida liminarmente, pelo relator, quando não for o caso de arguição de descumprimento de preceito fundamental, faltar algum dos requisitos prescritos nesta Lei ou for inepta. § 1º Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade."

A alternativa B está incorreta. Não há previsão nesse sentido. A função de defensor legis é atribuída ao AGU, nos termos do art. 103, §3º, da CF. " Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: (...) § 3º Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado."

A alternativa C está correta. STF, Rcl 383. Quando o constituinte estadual reproduz normas obrigatórias da Constituição Federal em suas constituições, a jurisprudência permite o uso da ação direta de inconstitucionalidade estadual para analisar a conformidade de leis ou atos normativos locais com essas normas. Contudo, existe a opção de recorrer ao Supremo Tribunal Federal via recurso extraordinário, caso a interpretação dada à norma constitucional estadual, que espelha a norma federal obrigatória, seja contrária à sua intenção e escopo original, como estabelecido no caso STF Rcl 383.

A alternativa D está incorreta. STF, Tribunal Pleno, Adi 3.615-ED, Rel. Min. Carmen Lúcia, j. 17.3.2008. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ADI 3.615-ED, estabeleceu que o amicus curiae, participante auxiliar nos processos, não possui legitimidade para apresentar recursos em casos de controle concentrado de constitucionalidade. Essa decisão delimita o papel do amicus curiae, restringindo sua atuação a contribuições no debate, sem conceder-lhe direitos recursais plenos.

A alternativa E está incorreta. Não há essa atribuição exclusiva ao Governador do Estado na Constituição Federal. Vejamos: "Art. 125, § 2º, da CF: Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão."

QUESTÃO 19. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) em matéria de saúde pública, assinale a opção correta.

a) O Ministério Público é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise ao fornecimento de remédios a portadores de determinada doença.

b) A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais viola o princípio da separação de poderes.

c) É solidária a responsabilidade dos entes federados pela prestação de tratamento médico adequado, ainda que se busque medicamento não aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

d) Não cabe, em nenhum caso o fornecimento de medicamentos experimentais pelo Estado.

e) Não cabe demandar os estados, o Distrito Federal e os municípios para fornecer medicamentos oncológicos, cuja responsabilidade é exclusiva da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Tema 262: O Ministério Público é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise o fornecimento de remédios a portadores de certa doença.

A alternativa B está incorreta. Poder Judiciário pode intervir. Tema 698: A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte: 1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

A alternativa C está incorreta. Compete à União. Tema 500: 1) O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais. 2) A ausência de registro na Anvisa impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial. 3) É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da Anvisa em apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei 13.411/2016), quando preenchidos três requisitos: I – a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil, salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras; II – a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; III – a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil. 4) As ações que demandem o fornecimento de medicamentos sem registro na Anvisa deverão ser necessariamente propostas em face da União.

A alternativa D está incorreta. Vide tema 500 acima trazido.

A alternativa E está incorreta. Tema 793: Os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

QUESTÃO 20. No que se refere à ordem econômica e financeira, assinale a opção correta.

a) A CF determina a interpretação restritiva dos princípios que restringem a livre iniciativa.

b) A ordem econômica da CF tem o objetivo de assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.

c) Os estados estão autorizados, segundo critérios de oportunidade e conveniência, a alienar a titularidade dos serviços públicos que lhe são reservados pela CF.

d) Ao Estado brasileiro é autorizada a função de planejamento, sendo esta apenas indicativa para o setor público.

e) Ao Estado brasileiro é vedada a função de planejamento da atividade econômica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão constitucional expressa nesse sentido. O art. 1º, §2º, da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei n. 13.874/19) é que traz disposição próxima. Vejamos: " Art. 1º Fica instituída a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador, nos termos do inciso IV do caput do art. 1º, do parágrafo único do art. 170 e do caput do art. 174 da Constituição Federal. (...) § 2º Interpretam-se em favor da liberdade econômica, da boa-fé e do respeito aos contratos, aos investimentos e à propriedade todas as normas de ordenação pública sobre atividades econômicas privadas.

A alternativa B está correta. Art. 170, caput, da CF. " Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:"

A alternativa C está incorreta. Não poderão fazê-lo de forma discricionária. A CF/88 estabelece claramente as competências e responsabilidades dos estados em relação à gestão de serviços públicos. Os estados não têm autoridade para transferir a titularidade desses serviços, conforme critérios de oportunidade e conveniência, pois isso poderia comprometer a eficácia e a finalidade pública desses serviços. Especificamente, o artigo 25 da Constituição define as competências dos estados, ressaltando a necessidade de observarem as normas e princípios estabelecidos pela Constituição. Além disso, o artigo 175 estipula que a prestação de serviços públicos deve ser feita diretamente pelo Estado ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação. Essas disposições asseguram que os serviços públicos essenciais permaneçam sob supervisão estatal, garantindo que sejam prestados de forma eficiente, contínua e em conformidade com os interesses da população.

A alternativa D está incorreta. A Função de Planejamento é determinante para o setor público. Art. 174, caput, da CF. Vejamos: " Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado."

A alternativa E está incorreta. Pelo contrário, ao Estado brasileiro é permitida a função de planejamento da atividade econômica, conforme o Art. 174, caput, da CF.

QUESTÃO 21. Assinale a opção correta em relação aos direitos da personalidade, com base no disposto no Código Civil.

a) Utilizar em peça publicitária fotografia de um casal se beijando durante o carnaval, tirada por um desconhecido, prescinde de autorização dos dois, haja vista que o ato aconteceu em local público.

b) A declaração registrada em carteira de identidade de doador de órgãos somente é revogável até a maioridade.

c) É possível a reparação por perdas e danos a pessoa cujo nome tenha sido exposto em reportagem jornalística que o ligou a fato capaz de gerar desprezo público, mesmo que o responsável pela reportagem não tenha tido intenção difamatória.

d) A negativa de submissão a cirurgia que implique risco de vida de paciente que, ainda consciente, tenha chegado a hospital gravemente ferido e sido informado sobre referido risco, pode ser mitigada pois, nessas situações, o mais recomendável é que prevaleça o ponto de vista médico.

e) Terceiros envolvidos em biografias de pessoas públicas, como coadjuvantes na história, precisam conceder autorização para que a biografia possa ser regularmente publicada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois é necessária a autorização para veicular a fotografia em peça publicitária. Consoante dispõe a Súmula 403 do STJ: “Independente de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.”

A alternativa B está incorreta, pois o ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo, nos termos do art. 14, parágrafo único, do CC.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 12 do CC: “Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei”.

A alternativa D está incorreta. No caso narrado, deve prevalecer o direito fundamental de autodeterminação do paciente em detrimento do ponto de vista médico, pois, de forma consciente e após ser informado sobre o risco de vida decorrente da cirurgia, o paciente optou pela negativa de submissão ao procedimento. Além disso, dispõe o art. 15 do CC que “Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica”.

A alternativa E está incorreta, pois é desnecessária a autorização nessa hipótese. O STF julgou procedente a ADI 4815/DF para dar interpretação conforme à Constituição aos arts. 20 e 21 do Código Civil, sem redução de texto, para, em consonância com os direitos fundamentais à liberdade de pensamento e de sua expressão, de criação artística, produção científica, declarar inexigível autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes).

QUESTÃO 22. Assinale a opção correta no que diz respeito à pessoa jurídica, conforme o estabelecido no Código Civil.

a) A mera existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade jurídica inversa de uma das empresas que o compõem.

b) A proteção dos direitos da personalidade, via de regra, não se aplica às pessoas jurídicas.

c) Os atos dos administradores da pessoa jurídica, mesmo que não exorbitem os limites dos poderes definidos no seu ato constitutivo, não a obrigam de imediato, mas apenas após ratificados pela maioria absoluta dos sócios ou associados.

d) O poder público não pode negar reconhecer ou registrar atos constitutivos de organizações religiosas, independentemente do cunho filosófico ou doutrinário da religião.

e) A personalidade da empresa pode ser desconsiderada sempre que estiver dificultando o recebimento de quantias líquidas e exigíveis por parte de algum credor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois a mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput do art. 50 do CC não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, consoante o §4º do art. 50 do CC.

A alternativa B está correta, pois o art. 52 do CC dispõe que, apenas no que couber, aplica-se às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade. Assim, em regra, não se aplica a proteção dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 47 do CC: “Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo”.

A alternativa D está incorreta. De acordo com Cristiano Chaves: “Com relação às organizações religiosas, afirmou a Lei Civil serem livres a sua criação, organização, estruturação interna e funcionamento, vedando-se ao Estado negar reconhecimento ou registro aos seus atos constitutivos (CC, art. 44, § 1º). De qualquer maneira, essa liberdade de funcionamento não afasta o controle da legalidade e legitimidade constitucional de seu registro, nem a possibilidade de reexame, pelo Judiciário, da compatibilidade de seus atos com a lei e com os seus estatutos, como afirma o Enunciado 143 da Jornada de Direito Civil. Para além desse comentário, a liberdade religiosa consagrada constitucionalmente (CF, art. 19) restringe-se ao culto e sua liturgia, não sendo admitido o desenvolvimento de atividades empresariais, jornalísticas e educacionais, ainda que os resultados econômicos sejam voltados para dar sustentação a projetos desenvolvidos pela respectiva comunidade religiosa. Em síntese apertada, porém completa: o culto não pode ficar em posição secundária na organização religiosa, sob pena de descaracterização de sua natureza.”

A alternativa E está incorreta, pois o Código Civil adota a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, segundo a qual, se exige o abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, consoante o art. 50, caput, do CC.

QUESTÃO 23. A respeito dos negócios jurídicos e de sua invalidade, segundo estabelecido no Código Civil, assinale a opção correta.

a) Ao se interpretar uma declaração de vontade, o sentido literal da linguagem deve receber tanto peso quanto a intenção da declaração.

b) Tanto o negócio nulo quanto o anulável se convalidam pelo decurso do tempo.

c) A anulação do negócio jurídico tem prazo prescricional de quatro anos.

d) O modo como as partes se comportam depois da celebração do negócio jurídico influencia o sentido a ser dado à interpretação do negócio.

e) As declarações de vontade com relevo jurídico, em geral, dependem de forma especial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 112 do CC: “Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem”.

A alternativa B está incorreta, conforme o disposto no art. 169 do CC: “O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo”.

A alternativa C está incorreta, pois trata-se de prazo decadencial. Nesse sentido, o art. 178 do CC afirma que “é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico”.

A alternativa D está correta, trata-se de dever de conduta decorrente da aplicação do princípio da boa-fé objetiva. Nos termos do art. 422 do CC: “Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”. De acordo com Nelson Nery estão compreendidas no art. 422 “as tratativas preliminares, antecedentes do contrato, como também as obrigações derivadas do contrato, ainda que já executado. Com isso, os entabulantes – ainda não contratantes – podem responder por fatos que tenham ocorrido antes da celebração e da formação do contrato e os ex-contratantes também respondem por fatos que decorram do contrato findo (pós-eficácia das obrigações contratuais)”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 107 do CC: “A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir”.

QUESTÃO 24. Vitor Hugo, de 16 anos de idade, passeava com seu cachorro Rex, um pastor alemão considerado manso, na rua em que mora com os pais, quando um vaso caiu de um dos apartamentos do prédio vizinho e atingiu a cabeça do cão. Rex levou vários pontos e ainda ficou internado, por três dias, em uma clínica veterinária, o que gerou uma despesa de R\$ 1.500. Alguns dias depois, uma criança que passava na calçada com a mãe, sem que esta percebesse, deu um tapa na cabeça de Rex, exatamente no local dos pontos. O cachorro revidou, mordendo a criança no rosto. O atendimento médico e cirurgia a que a criança teve de ser submetida, em clínica particular, custou o valor total de R\$ 15.000.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca de responsabilidade civil, de acordo com o Código Civil.

a) A despesa da clínica veterinária deve ser suportada por Vitor Hugo e sua família, pois a queda de um vaso colocado na janela de um apartamento caracteriza evento de força maior ou caso fortuito, o que isenta o habitante do imóvel de responsabilidade.

b) Caso a criança tivesse vindo a óbito em decorrência da mordida do cachorro Rex, o direito de exigir indenização a Vitor Hugo e (ou) a seus pais se extinguiria.

c) Os pais de Vitor Hugo terão de indenizar as despesas hospitalares da criança mordida pelo cachorro Rex, a não ser que fique comprovada a culpa da mãe da criança, por ter-se descuidado em vigiá-la.

d) Os pais de Vitor Hugo só terão de indenizar os danos causados à criança mordida pelo cachorro Rex se ficar provado que também tiveram culpa no incidente.

e) A obrigação é dos pais de Vitor Hugo, mesmo que provem não terem condições financeiras de assumi-la e ainda que Vitor Hugo tenha recebido recentemente uma herança suficiente para cobrir a despesa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois o habitante do imóvel responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido, nos termos do art. 938 do CC.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 943 do CC: “O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança”. Assim, o direito de exigir indenização de Vitor Hugo e (ou) de seus pais não se extinguiria com a morte da criança.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 936 do CC: “O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior”.

A alternativa D está incorreta, pois a situação hipotética trata-se de responsabilidade objetiva, sendo desnecessária a comprovação de culpa do dono ou detentor do animal.

A alternativa E está incorreta. O art. 928 do CC autoriza a responsabilização pessoal dos incapazes por determinados danos que causarem. Nos termos do art. 928 do CC: “O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.” Trata-se de responsabilidade subsidiária, porque apenas ocorrerá quando os seus genitores não tiverem meios para ressarcir a vítima. Portanto, a vítima deverá dirigir sua pretensão, em princípio, contra os responsáveis, só indo ao patrimônio do incapaz na hipótese de impossibilidade econômica daqueles.

QUESTÃO 25. Com base no que dispõe o Código Civil sobre posse e usucapião, assinale a opção correta.

a) Possuidor é aquele que exerce todos os poderes inerentes à propriedade.

b) A posse de má-fé não gera qualquer direito.

c) Posse de má-fé é o mesmo que posse violenta ou clandestina.

d) A exigência de não possuir imóvel para a usucapião urbana não se estende a imóveis rurais.

e) A pessoa que tiver posse direta, sem interrupção e sem contestação, por dois anos, de imóvel de até 250 m², utilizado para sua moradia, e que antes dividia com ex-companheiro ou ex-cônjuge que tenha abandonado o lar, pode adquirir o domínio do imóvel se não possuir nenhum outro, urbano ou rural.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 1.196 do CC: “Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade”.

A alternativa B está incorreta, pois ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias, contudo não lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias, consoante o disposto no art. 1.220 do CC.

A alternativa C está incorreta, pois são conceitos distintos. De acordo com Cristiano Chaves: “No tocante aos vícios objetivos, a posse pode ser qualificada como justa ou injusta, dependendo da forma pela qual ocorreu a sua aquisição. (...) Posse injusta é a que se instala no mundo fático por modo proibido e vicioso, ou então, mesmo iniciada de forma pacífica e pública, se converte em viciosa em momento posterior. Subdivide-se em três categorias: violenta, clandestina ou precária. (...) O art. 1.201 do Código Civil concebe a boa-fé de modo negativo, como aquela em que o possuidor ignora o vício ou obstáculo que impede a aquisição da coisa. Isto é, mesmo que não haja plena convicção de legitimidade da posse, somente a dúvida relevante exclui a boa-fé. Assim, o vício subjetivo da má-fé decorre da ciência do possuidor no tocante à ilegitimidade de sua posse”.

A alternativa D está incorreta, pois a exigência de não possuir imóvel para a usucapião urbana se estende a imóveis rurais, conforme os arts. 1.239 e 1.240 do CC.

A alternativa E está correta, nos termos do art. 1.240-A do CC: “Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”.

QUESTÃO 26. Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue os itens a seguir.

I Em se tratando de danos individuais decorrentes de atividade empresarial poluidora, é possível a aplicação das disposições do CDC, reconhecendo-se o acidente de consumo e o consumidor por equiparação.

II O Ministério Público não tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos individuais homogêneos de consumidores em decorrência da prestação de serviço público.

III Uma pessoa jurídica que integre a cadeia de fornecimento de um produto não pode ser considerada consumidora, em nenhuma hipótese, em relação à pessoa jurídica que lhe fornece insumos.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item II está certo.**
- c) Apenas os itens I e III estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois apenas o item I está certo.

O item I está correto, consoante o entendimento constante do REsp 2.009.210, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a aplicabilidade da figura do consumidor bystander (consumidor por equiparação) em um caso de danos morais decorrentes de dano ambiental e, com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), confirmou a inversão do ônus da prova determinado pelas instâncias ordinárias.

O item II está incorreto, nos termos da Súmula 601 do STJ: “O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público”.

O item III está incorreto. A jurisprudência do STJ, pautada em uma interpretação teleológica do dispositivo legal, adere à teoria finalista mitigada ou aprofundada, a qual viabiliza a aplicação da lei consumerista sobre situações em que, apesar do produto ou serviço ser adquirido no curso do desenvolvimento de uma atividade empresarial, haja vulnerabilidade técnica jurídica ou fática da parte adquirente frente ao fornecedor.

Na hipótese do item III, é possível que uma pessoa jurídica que integre a cadeia de fornecimento de um produto seja considerada consumidora em relação à pessoa jurídica que lhe fornece

insumos, desde que haja a demonstração efetiva da vulnerabilidade da pessoa frente ao fornecedor. Então, incumbe ao sujeito que pretende a incidência do diploma consumerista comprovar a sua situação peculiar de vulnerabilidade.

QUESTÃO 27. Considerando o disposto no Estatuto da Pessoa Idosa e no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta.

a) O período máximo previsto para a internação do menor de idade por ato infracional é de três anos, podendo, no entanto, chegar a cinco anos, em casos de extrema periculosidade do menor infrator.

b) É assegurado um salário mínimo de benefício mensal a pessoas idosas acima dos 65 anos de idade que não possuam meios para prover sua subsistência, tampouco sua família.

c) O Estado tem o dever de fornecer, gratuitamente, atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos de idade; no ensino fundamental a crianças e adolescentes, a saber, dos seis anos de idade a quatorze anos de idade; e no ensino médio a adolescentes de 15 a 18 anos de idade.

d) Em estacionamentos públicos ou privados, a reserva de vagas a pessoas idosas fica a cargo da discricionariedade do ente estatal responsável ou do proprietário do local.

e) Fica a critério da legislação-local conceder ou não a gratuidade a maiores de 65 anos em transporte coletivo público urbano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 121, §3º, do ECA: “Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos”.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 34 do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), em redação dada pela Lei nº 14.423 de 2022: “Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Loas”.

A alternativa C está incorreta, pois o diploma legislativo não prevê os parâmetros de idade em relação ao ensino fundamental e médio. Dispõe o art. 54 do ECA que: “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (...) IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 41 do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003): “É assegurada a reserva para as pessoas idosas, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade à pessoa idosa”.

A alternativa E está incorreta. O art. 39 do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) dispõe que: “Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares”.

Cumprido destacar que, apenas no caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as

condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte previstos no caput deste artigo, consoante art. 39, §3º, do mencionado dispositivo legal.

QUESTÃO 28. A respeito do parcelamento do solo urbano, disciplinado pela Lei n.º 6.766/1979 e suas alterações, assinale a opção correta.

a) É permitido o parcelamento do solo em áreas de preservação ecológica, desde que obtida a licença especial de que a referida lei trata.

b) Consiste em contravenção penal e não crime, lotear ou desmembrar o solo para fins urbanos sem autorização do órgão público competente.

c) Em qualquer hipótese, aos Estados cabe disciplinar a aprovação pelos municípios de loteamentos desmembramentos.

d) O parcelamento urbano realiza-se, segundo a mencionada lei, sob duas modalidades, loteamento e desmembramento, sendo a segunda a subdivisão em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

e) A venda ou promessa de venda de parcela de loteamento ou de desmembramento não registrado é possível, atendidas as condições impostas pela lei em questão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 3º, parágrafo único, V, da Lei nº 6.766: “Não será permitido o parcelamento do solo: V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção”.

A alternativa B está incorreta, pois trata-se de crime. Dispõe o art. 50 da Lei nº 6.766 que: “Constitui crime contra a Administração Pública. I - dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta Lei ou das normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios”.

A alternativa C está incorreta, pois não ocorre em qualquer hipótese. Aos Estados caberá disciplinar a aprovação pelos Municípios de loteamentos e desmembramentos nas hipóteses previstas no art. 13 da Lei nº 6.766.

Art. 13. Aos Estados caberá disciplinar a aprovação pelos Municípios de loteamentos e desmembramentos nas seguintes condições:

I - quando localizados em áreas de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidas por legislação estadual ou federal;

II - quando o loteamento ou desmembramento localizar-se em área limítrofe do município, ou que pertença a mais de um município, nas regiões metropolitanas ou em aglomerações urbanas, definidas em lei estadual ou federal;

III - quando o loteamento abranger área superior a 1.000.000 m².

Parágrafo único - No caso de loteamento ou desmembramento localizado em área de município integrante de região metropolitana, o exame e a anuência prévia à aprovação do projeto caberão à autoridade metropolitana.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 2º da Lei nº 6.766:

Art. 2º. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.

§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 37 da Lei nº 6.766: “É vedado vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento não registrado”.

QUESTÃO 29. No tocante à disciplina do condomínio geral e edilício dada pelo Código Civil, assinale a opção correta.

a) Para que um condômino possa reivindicar a coisa de terceiros ou defender a posse, todos os condôminos devem participar da reivindicação ou, ao menos, autorizá-la.

b) O síndico de condomínio edilício tem de ser obrigatoriamente um condômino.

c) Em edificações, todas as partes são de propriedade comum dos condôminos, não existindo partes de propriedade exclusiva.

d) O condômino se obriga a concorrer para as despesas de conservação do condomínio na proporção de sua parte.

e) O condômino, nos condomínios gerais, não pode exigir a divisão da coisa comum a não ser em situações muito específicas, sendo obrigado a permanecer em condomínio enquanto tais situações não ocorrerem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 1.314 do CC: “Cada condômino pode usar da coisa conforme sua destinação, sobre ela exercer todos os direitos compatíveis com a indivisão, reivindicá-la de terceiro, defender a sua posse e alhear a respectiva parte ideal, ou gravá-la”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 1.347 do CC: “A assembléia escolherá um síndico, que poderá não ser condômino, para administrar o condomínio, por prazo não superior a dois anos, o qual poderá renovar-se”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do caput do art. 1.331 do CC: “Pode haver, em edificações, partes que são propriedade exclusiva, e partes que são propriedade comum dos condôminos”.

A alternativa D está correta, pois trata-se de dever do condômino. De acordo com o art. 1.336 do CC: “São deveres do condômino: I - contribuir para as despesas do condomínio na proporção das suas frações ideais, salvo disposição em contrário na convenção.” Além disso, dispõe o art. 1.315 do CC que: “O condômino é obrigado, na proporção de sua parte, a concorrer para as despesas de conservação ou divisão da coisa, e a suportar os ônus a que estiver sujeita”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do caput do art. 1.320 do CC: “A todo tempo será lícito ao condômino exigir a divisão da coisa comum, respondendo o quinhão de cada um pela sua parte nas despesas da divisão”.

QUESTÃO 30. Com base no que dispõe o Código Civil a respeito dos institutos jurídicos da superfície, das servidões e do usufruto, assinale a opção correta.

a) O usufrutuário não tem direito à percepção dos frutos, que deverão ser entregues ao proprietário.

b) O direito de superfície sempre autoriza também que se faça obra no subsolo.

c) A concessão da superfície não pode ser gratuita.

d) Após o exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente por dez anos, o interessado poderá registrá-la em seu nome no registro de imóveis.

e) O direito de superfície não se transmite a terceiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 1.394 do CC: “O usufrutuário tem direito à posse, uso, administração e percepção dos frutos”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do parágrafo único do art. 1.369 do CC: “O direito de superfície não autoriza obra no subsolo, salvo se for inerente ao objeto da concessão”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 1.370 do CC: “A concessão da superfície será gratuita ou onerosa; se onerosa, estipularão as partes se o pagamento será feito de uma só vez, ou parceladamente”.

A alternativa D está correta. Dispõe o art. 1.379 do CC que: “O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, nos termos do art. 1.242, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do caput do art. 1.372 do CC: “O direito de superfície pode transferir-se a terceiros e, por morte do superficiário, aos seus herdeiros”.

QUESTÃO 31. Julgue os itens a seguir de acordo com as regras previstas no Código de Processo Civil (CPC) para os procedimentos especiais.

I A legitimidade para ajuizamento de ação de consignação em pagamento é exclusiva do devedor.

II Em ação possessória coletiva de força velha, antes da apreciação de pedido de concessão de liminar, o juiz deve determinar a realização de audiência de mediação dentro do prazo legalmente indicado.

III O indivíduo que sofrer restrições judiciais em seu patrimônio, decorrente de medida de desconsideração da personalidade jurídica na qual não estiver envolvido como parte, possui legitimidade para oferecer embargos de terceiro.

IV No procedimento judicial de inventário e de partilha, é considerado como impróprio o prazo de quinze dias que a fazenda pública possui para informar ao juízo o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e IV.

d) I, II e III.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, uma vez que apenas os itens II, III e IV estão corretos. A questão trata sobre os procedimentos especiais previstos no CPC.

O item I está incorreto, pois também poderá o terceiro ajuizar a consignação em pagamento, conforme art. 539, "caput", do CPC: "Art. 539. Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida".

O item II está correto, conforme se depreende do art. 565 do CPC: "Art. 565. No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbação afirmado na petição inicial houver ocorrido há mais de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias, que observará o disposto nos §§ 2º e 4º".

O item III está correto, nos termos do art. 674, § 2º, II, do CPC: "Art. 674. Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato construtivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro. [...] § 2º Considera-se terceiro, para ajuizamento dos embargos: [...] II - o adquirente de bens cuja constrição decorreu de decisão que declara a ineficácia da alienação realizada em fraude à execução".

O item IV está correto, e a explicação consta, inclusive, detalhadamente do material do Estratégia, (Aula nº 18, p. 127, 6ª opção): "[...] a Fazenda também terá a oportunidade de informar ao juízo o valor dos bens descritos nas primeiras declarações. A doutrina tem entendido que o prazo de 15 dias é impróprio, podendo o ente apresentar tal descrição a qualquer momento".

Assim, a única alternativa correta a ser assinalada é a letra E, estando, portanto, incorretas as alternativas A, B, C e D.

QUESTÃO 32. Nos termos da legislação processual civil em vigor e conforme a jurisprudência dominante do STJ, é correto afirmar que, caso seja constatada indisponibilidade de sistema eletrônico de tribunal, a prorrogação de prazo para interposição de recurso deve ser admitida

a) apenas na hipótese em que a inoperabilidade do sistema coincida com o primeiro dia do prazo recursal.

b) se a inoperabilidade do sistema for verificada em qualquer dia durante o curso do prazo recursal.

c) se a inoperabilidade do sistema for verificada por mais de 24 horas em qualquer momento do curso do prazo recursal

d) apenas nas hipóteses em que a inoperabilidade do sistema coincida com o primeiro ou o último dia do prazo recursal.

e) apenas na hipótese em que a inoperabilidade do sistema coincida com o último dia do prazo recursal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata sobre o entendimento do STJ sobre prazos recursais e questão casuística referente à indisponibilidade de sistema eletrônico de Tribunal.

O entendimento do STJ é que consta da alternativa D, de modo que é no sentido de que: "[...] não há falar em prorrogação do término do prazo recursal se ocorrer eventual indisponibilidade do sistema eletrônico no Tribunal no curso do período para interposição do recurso. A prorrogação do prazo processual é admitida apenas nas hipóteses em que a indisponibilidade do sistema coincida com o primeiro ou o último dia do prazo recursal, caso em que o termo inicial ou final será protraído para o primeiro dia útil seguinte [...]" (AgInt nos EAREsp n.º 1.817.714/SC, Relator Ministro Raul Araújo, Corte Especial, julgado em 7/3/2023, publicado no DJe de 15/3/2023).

A alternativa A está incorreta, pois se a indisponibilidade ocorrer no último dia, também poderá haver a prorrogação.

A alternativa B está incorreta, pois não é em qualquer dia, mas no primeiro ou no último.

A alternativa C está incorreta, pois não é em qualquer momento do interregno, mas no primeiro ou no último.

A alternativa E está incorreta, pois não é apenas no último dia, pode ser também no primeiro.

QUESTÃO 33. O Estado de Sergipe ajuizou, na justiça estadual comum, ação indenizatória contra determinada sociedade de economia mista federal. Após o saneamento do processo e antes da data marcada para audiência de instrução e julgamento, a União requereu seu ingresso na causa e demonstrou possuir interesse econômico no resultado do processo (reflexos de natureza econômica no caso de procedência do pedido).

Acerca dessa situação hipotética, é correto afirmar que

a) o processo deve ser imediatamente deslocado para a justiça federal, juízo natural que possui competência constitucional para analisar o pedido de intervenção da União na hipótese.

b) a participação da União deve ser rejeitada, porque a mera existência de interesse econômico, ao contrário do que aconteceria se demonstrado interesse jurídico, não justifica sua intervenção processual.

c) a intervenção da União não é mais possível no momento processual em que se encontra a demanda, sob pena de comprometimento do postulado da razoável duração do processo.

d) embora a legislação permita a intervenção anômala da União para esclarecer questões e apresentar documentos ou memoriais, o processo deve seguir tramitando na justiça estadual comum.

e) somente na hipótese de o juiz entender que a União pode atuar como *amicus curiae* é que deve ser autorizado seu ingresso no feito, exclusivamente nessa qualidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre competência no processo civil.

A alternativa D retrata exatamente o entendimento firmado pela Corte Especial do STJ: "Existindo interesse jurídico da União no feito, na condição de assistente simples, a competência afigura-se da Justiça Federal, conforme prevê o art. 109, I, da Constituição da República, motivo pelo qual compete ao Tribunal Regional Federal o julgamento de embargos de declaração opostos contra acórdão proferido pela Justiça Estadual". (EREsp n.º 1.265.625/SP, Relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, por maioria, julgado em 30/3/2022).

A alternativa A está incorreta, pois está em contrariedade à tese firmada no EREsp n.º 1.265.625/SP.

A alternativa B está incorreta, pois não está de acordo com o art. 5º, parágrafo único, da Lei n.º 9.469/1997: "Art. 5º A União poderá intervir nas causas em que figurarem, como autoras ou rés, autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas federais. Parágrafo único. As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes".

A alternativa C está incorreta, pois segundo o STJ, é inviável a intervenção anômala da União na fase de execução ou no processo executivo, salvo na ação cognitiva incidental de embargos. (AgInt no REsp nº 1.838.866/DF).

A alternativa E está incorreta, pois não está de acordo com o art. 5º, parágrafo único, da Lei n.º 9.469/1997, já transcrito acima.

QUESTÃO 34. No que concerne à possibilidade de aplicação do regime de precatórios em execução movida por particular contra empresa estatal, o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que

a) viola a Constituição Federal de 1988, em qualquer hipótese utilização de precatório para pagamento de dívida de empresa estatal.

b) para se submeterem ao regime dos precatórios, as empresas estatais devem, cumulativamente, prestar exclusivamente serviço público essencial, em regime não concorrencial, e não ter finalidade primária de distribuir lucros.

c) as empresas estatais que exercem atividades econômicas em sentido estrito podem se valer do regime de pagamento por precatório caso demonstrem que recebem repasses financeiros do poder público.

d) apenas as empresas públicas criadas antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 podem utilizar precatórios para pagamento de suas dívidas.

e) o regime de pagamento por precatório pode ser utilizado por empresa pública, mas nunca por sociedade de economia mista.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o regime constitucional dos precatórios.

A alternativa B reflete o entendimento do STF sobre o tema: "[...] *Embora, em regra, as empresas estatais estejam submetidas ao regime das pessoas jurídicas de direito privado, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que "entidade que presta serviços públicos essenciais de saneamento básico, sem que tenha ficado demonstrado nos autos se tratar de sociedade de economia mista ou empresa pública que competiria com pessoas jurídicas privadas ou que teria por objetivo primordial acumular patrimônio e distribuir lucros. Nessa hipótese, aplica-se o regime de precatórios"* (RE 592.004, Rel. Min. Joaquim Barbosa). 2. É aplicável às companhias estaduais de saneamento básico o regime de pagamento por precatório (art. 100 da Constituição), nas hipóteses em que o capital social seja majoritariamente público e o serviço seja prestado em regime de exclusividade e sem intuito de lucro [...]". (AgR no RE n.º 627.242, Relator Ministro Marco Aurélio, Relator p/ Acórdão: Ministro Roberto Barroso, 1ª Turma, julgado em 2/5/2017, publicado no DJE-110, 25/5/2017).

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com o STF, na hipótese de entidade que presta serviços públicos essenciais de saneamento básico, sem que tenha ficado demonstrado nos autos se tratar de sociedade de economia mista ou empresa pública que competiria com pessoas jurídicas privadas ou que teria por objetivo primordial acumular patrimônio e distribuir lucros, aplica-se o regime dos precatórios, sem haver violação à Constituição Federal.

A alternativa C está incorreta, pois não o fato de a empresa receber valores do Poder Público que irá definir pela aplicação ou não do regime dos precatórios.

A alternativa D está incorreta, pois não existe esse tipo de diferenciação pela jurisprudência do STF.

A alternativa E está incorreta, pois é também possível o uso pelas sociedades de economia mista.

QUESTÃO 35. No julgamento de determinado recurso especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o relator verificou acertadamente que, em relação ao mesmo ponto do acórdão impugnado, também havia sido interposto recurso extraordinário que versava sobre tema afetado à sistemática da repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF). Em vista disso, o relator determinou o sobrestamento e o retorno dos autos ao tribunal de origem. O encaminhamento possuía a finalidade de que fosse exercido, oportunamente, o juízo de retratação ou de conformação no tribunal *a quo*.

Nessa situação hipotética, de acordo com a jurisprudência do STJ, o pronunciamento do relator deve ser considerado

a) irrecurável, por não possuir carga decisória.

b) recorrível por agravo interno.

c) recorrível por embargos de divergência.

d) recorrível por recurso extraordinário.

e) juridicamente inexistente, porque não cabe ao STJ se manifestar sobre sobrestamento de matéria afetada pelo STF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre recursos.

A alternativa A está de acordo com o entendimento do STJ: "O ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que exerça o juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui carga decisória e, por isso, constitui provimento irrecurável". (AgInt no AgInt no AREsp nº 2.208.198/AM, 2ª Turma, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 15/5/2023, informativo nº 778).

As alternativas B, C e D estão incorretas, pois não cabe recurso do ato judicial em comento.

A alternativa E está incorreta, pois o STJ pode sim se manifestar sobre tal matéria, inclusive, determinando o sobrestamento e o retorno dos autos ao Tribunal de origem para o juízo de retratação ou conformação. Ainda que não pudesse, o ato judicial seria existente, de modo que seu vício seria outro (validade).

QUESTÃO 36. Conforme regra prevista no Código de Processo Civil (CPC), no cumprimento de sentença para recebimento de honorários de sucumbência fixados por quantia certa em decisão prolatada na fase processual de conhecimento, os juros moratórios

- a) incidem a partir da intimação do devedor para efetivar o cumprimento de sentença.
- b) incidem a partir da data da propositura da ação de conhecimento, quando devidos pelo autor, ou da data da citação, quando devidos pelo réu.
- c) incidem a partir da data da publicação da decisão que determinou o pagamento de honorários.
- d) incidem a partir do trânsito em julgado da decisão que determinou o pagamento de honorários.
- e) não são devidos cabendo apenas correção monetária do valor fixado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata sobre a sucumbência no processo civil.

A alternativa D está de acordo com o art. 85, § 16, do CPC: "Art. 85 [...] § 16. Quando os honorários forem fixados em quantia certa, os juros moratórios incidirão a partir da data do trânsito em julgado da decisão".

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, pois não estão de acordo com o art. 85, § 16, do CPC.

QUESTÃO 37. De acordo com as regras que tratam da função jurisdicional no Código de Processo Civil (CPC), a cooperação jurídica internacional que tenha a finalidade de execução, pelo Poder Judiciário brasileiro, de decisão prolatada por órgão jurisdicional de outro país deve ser feita

- a) exclusivamente por auxílio direto.
- b) por ação de homologação de sentença estrangeira ou por auxílio direto.
- c) exclusivamente por ação de homologação de sentença estrangeira.
- d) por carta rogatória ou por ação de homologação de sentença estrangeira.
- e) por auxílio direto ou por carta rogatória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre cooperação jurídica internacional.

Alternativa D está de acordo com o art. 40 do CPC: "Art. 40. A cooperação jurídica internacional para execução de decisão estrangeira dar-se-á por meio de carta rogatória ou de ação de homologação de sentença estrangeira, de acordo com o art. 960".

As alternativas A, B e E estão incorretas, pois não se aplica o auxílio direto em matéria de cooperação jurídica internacional (vide o art. 40 do CPC). Nos termos do art. 28 do CPC, somente caberá auxílio direto quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de deliberação no Brasil.

A alternativa C está incorreta, pois além da ação de homologação de sentença estrangeira, é também possível através de carta rogatória.

QUESTÃO 38. Acerca da reclamação, da ação civil pública, do mandado de segurança, da ação rescisória e do incidente de resolução de demandas repetitivas, assinale a opção correta, de acordo com a legislação processual em vigor e com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

a) É dispensado o prequestionamento para interposição de recurso especial contra acórdão de tribunal de justiça que, mesmo sem julgar o caso concreto, fixa tese jurídica em abstrato em incidente de resolução de demandas repetitivas.

b) A interposição simultânea, pela pessoa jurídica de direito público interessada, de agravo de instrumento e de pedido de suspensão para impugnar decisão interlocutória que defere liminar em mandado de segurança no primeiro grau caracteriza violação ao princípio da boa-fé objetiva.

c) A ausência de intimação do Ministério Público para funcionar como fiscal da ordem jurídica em ação civil pública acarreta, por si só, nulidade processual absoluta decorrente de prejuízo presumido.

d) Para o ajuizamento de ação rescisória contra sentença transitada em julgado, não há necessidade de que tenha ocorrido o exaurimento das vias recursais no processo em que foi proferida a decisão rescindenda.

e) A reclamação é instrumento processual adequado para controle de decisões que, em qualquer instância deixem de aplicar precedente estabelecido pelo STJ em recurso especial repetitivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre ações de rito especial no processo civil.

A alternativa D está de acordo com a Súmula nº 514 do STF: "Admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, ainda que contra ela não se tenha esgotado todos os recursos".

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com o STJ: "Não cabe recurso especial contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem que fixa tese jurídica em abstrato em julgamento do IRDR, por ausência do requisito constitucional de cabimento de "causa decidida", mas apenas naquele que aplique a tese fixada, que resolve a lide, desde que observados os demais requisitos constitucionais do art. 105, III, da Constituição Federal e dos dispositivos do Código de Processo Civil que regem o tema". (REsp nº 1.798.374/DF, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, por unanimidade, julgado em 18/5/2022).

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o STF: "[...] O pedido de suspensão de liminar não guarda relação de prejudicialidade com o respectivo recurso manejado contra a decisão liminar ou antecipatória, haja vista que possui pressupostos específicos relacionados a um juízo de natureza política destinado a evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. Inteligência do art. 4º, § 6º, da Lei n. 8.437/1992. 2. No caso, não se cogita de violação do princípio da hierarquia, uma vez que a decisão que deferiu o pedido de suspensão de liminar foi proferida antes do julgamento do agravo de instrumento, observando-se o disposto no art. 4º, caput, da Lei n. 8.437/1992. Além disso, a referida decisão foi confirmada pelo Órgão Especial do Tribunal de Origem, no exame de agravo interno, bem como teve seus efeitos preservados pelo Colegiado por ocasião do julgamento do agravo de instrumento (acórdão recorrido). 3. No tocante à eficácia da decisão que defere o pedido de suspensão de liminar, o art. 4º, § 9º, da Lei n. 8.437/1992 assegura que "a suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal." O argumento de que o Presidente do Tribunal poderia definir outro marco temporal para a eficácia de sua decisão não implica reconhecer que haverá a perda automática da eficácia da decisão proferida no âmbito do pedido de suspensão de liminar com o julgamento do agravo de instrumento contra a decisão de Primeiro Grau [...]". (AgInt no REsp n.º 1.673.891/BA, Relator Ministro Og Fernandes, 2ª Turma, julgado em 27/10/2020, publicado no DJe de 17/11/2020).

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com o STJ o prejuízo não é presumido, na linha do princípio pas de nullité sans grief (REsp n.º 1.436.460/PR, Relator Ministro Og Fernandes, 2ª Turma, julgado em 13/12/2018, publicado no DJe de 4/2/2019).

A alternativa E está incorreta, pois de acordo com o STJ: "É firme o entendimento de que a reclamação não se presta para determinar que os julgadores da instância ordinária observem a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, mesmo que firmada em sede de recurso repetitivo" (Rcl nº 43.627/CE, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 7/7/2022).

QUESTÃO 39. Em relação a ação de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- a) Será nula a decisão de mérito total ou parcial em que se realize o julgamento conforme o estado do processo para julgar procedente ou improcedente pedido principal.**
- b) A tutela provisória de indisponibilidade de bens pode ter caráter antecedente ou incidente, e sua concessão depende, além da probabilidade das alegações do autor, da demonstração de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado do processo.**
- c) Em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa, a demanda deve ser proposta no foro do domicílio do réu.**
- d) No caso de alegação de existência de prejuízo ao erário de valor superior a sessenta salários mínimos, a sentença de improcedência se submete ao duplo grau obrigatória.**
- e) O desmembramento de litisconsórcio passivo é medida incompatível com a natureza da matéria analisada em processo que julga atos de improbidade administrativa.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

A alternativa B está de acordo com o art. 16, "caput" e § 3º, da Lei n.º 8.429/1992: "Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do

acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. [...] § 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dia".

A alternativa A está incorreta, pois nos termos do art. 17, § 10-F, da Lei n.º 8.429/1992, a hipótese do enunciado não é causa de nulidade da decisão: "Art. 17 [...] § 10-F. Será nula a decisão de mérito total ou parcial da ação de improbidade administrativa que: I - condenar o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial; II - condenar o requerido sem a produção das provas por ele tempestivamente especificadas".

alternativa C está incorreta, pois o foro competente é o do local onde ocorreu o dano ou da pessoa jurídica prejudicada, conforme art. 17, § 4º-A, da Lei n.º 8.429/1992: "Art. 17 [...] § 4º-A A ação a que se refere o caput deste artigo deverá ser proposta perante o foro do local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica prejudicada".

A alternativa D está incorreta, pois não há mais a remessa necessária nas ações de improbidade, conforme art. 17-C, § 3º, da Lei n.º 8.429/1992: "Art. 17-C [...] § 3º Não haverá remessa necessária nas sentenças de que trata esta Lei".

A alternativa E está incorreta, pois o desmembramento é sim compatível, conforme se infere do art. 17, § 10-B, II, da Lei n.º 8.429/1992: "Art. 17 [...] § 10-B. Oferecida a contestação e, se for o caso, ouvido o autor, o juiz:[...] II - poderá desmembrar o litisconsórcio, com vistas a otimizar a instrução processual".

QUESTÃO 40. Os itens seguintes apresentam técnicas e institutos existentes no sistema processual brasileiro.

I Incidente de desconsideração da personalidade jurídica;

II Denúnciação da lide;

III Técnica de ampliação do colegiado constante do art. 942 do Código de Processo Civil, que prevê a convocação de novos julgadores quando o julgamento de recurso não for unânime;

IV Concessão de tutela provisória cautelar de ofício;

V Recurso especial;

VI Recurso extraordinário.

Podem ser utilizados nos juizados especiais da fazenda pública apenas as técnicas e os institutos indicados nos itens

a) III e VI.

b) I, IV e VI.

c) II, III, IV e V.

d) I, II, III e IV.

e) I, II, III, V e VI.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre institutos processuais aplicáveis aos juizados especiais da fazenda pública.

O item I está correto, conforme art. 1.062 do CPC: "Art. 1.062. O incidente de descon sideração da personalidade jurídica aplica-se ao processo de competência dos juizados especiais".

O item II está incorreto, pois não se admite a denunciação à lide nos juizados especiais da fazenda pública, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.099/1995 c/c art. 27 da Lei nº 12.153/2009: "Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio". "Art. 27. Aplica-se subsidiariamente o disposto nas Leis nos 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, 9.099, de 26 de setembro de 1995, e 10.259, de 12 de julho de 2001".

O item III está incorreto, pois conforme o Enunciado nº 552 do FPPC: "Não se aplica a técnica de ampliação do colegiado em caso de julgamento não unânime no âmbito dos Juizados Especiais".

O item IV está correto, pois tal providência está dentro do poder geral de cautela do juiz, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.153/2009: "Art. 3º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação".

O item V está incorreto, pois contraria a Súmula n.º 203 do STJ: "Não cabe recurso especial contra decisão proferida, nos limites de sua competência, por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais".

O item V está correto, conforme dispõe a Súmula n.º 640 do STF: "É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal".

Assim, a única alternativa correta é a letra B, estando, portanto, incorretas as alternativas A, C, D e E.

QUESTÃO 41. Túlio, um conhecido chefe de organização criminosa plantou uma bomba no automóvel que transportava o presidente da empresa Beta (alvo da ação delituosa) bem como um motorista e um segurança. Túlio detonou o artefato a distância durante o deslocamento do veículo em via pública, o que resultou na morte de todos os seus ocupantes.

Nessa situação hipotética, em relação à morte do segurança, Túlio agiu com

- a) preterdolo.**
- b) dolo eventual.**
- c) dolo direto de primeiro grau.**
- d) dolo direto de segundo grau.**
- e) culpa consciente.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, pois a morte do segurança consiste em dolo de 2º grau, também denominado de dolo de consequências necessárias. No caso hipotético, o meio utilizado por Túlio para alcançar o resultado morte do presidente da empresa Beta (alvo da ação delituosa), qual seja,

detonar bomba plantada no veículo durante o seu deslocamento em via pública, inclui, obrigatoriamente, o fato de que a explosão alcançará os demais ocupantes do veículo.

Sobre o tema, dispõe Cleber Masson que: “Dolo de segundo grau ou de consequências necessárias é a vontade do agente dirigida a determinado resultado, efetivamente desejado, em que a utilização dos meios para alcançá-lo inclui, obrigatoriamente, efeitos colaterais de verificação praticamente certa. O agente não seja imediatamente os efeitos colaterais, mas tem por certa a sua superveniência, caso se concretize o resultado pretendido. Cita-se o exemplo do assassino que, desejando eliminar a vida de determinada pessoa que se encontra em lugar público, instala ali uma bomba, a qual, quando detonada, certamente matará outras pessoas ao seu redor. Mesmo que não queira atingir essas outras vítimas, tem por evidente o resultado se a bomba explodir como planejado” (grifo original).

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

QUESTÃO 42. Diego adquiriu uma faca com a intenção de assaltar um ônibus. Ao entrar no veículo que pretendia assaltar, Diego notou a presença de lutadores de jiu-jitsu vestidos com seus respectivos quimonos, então decidiu descer e procurar outro alvo.

Nessa situação hipotética, a conduta de Diego configura

a) ato preparatório impunível.

b) desistência voluntária.

c) arrependimento eficaz.

d) crime tentado.

e) arrependimento posterior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com a teoria objetivo-individual, Diego iniciou os atos executórios, porém, voluntariamente, desistiu de prosseguir na execução, caracterizando a desistência voluntária (art. 15 do CP).

Nesse sentido, destaca-se a seguinte ementa do STJ: "PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE ROUBO MAJORADO. ATOS EXECUTÓRIOS PERIFÉRICOS QUE COLOCARAM EM PERIGO O BEM JURÍDICO TUTELADO. TEORIA OBJETIVA-INDIVIDUAL. PRÉVIO ACERTO E DIVISÃO DE TAREFAS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Pela teoria objetiva-individual, associada a outros parâmetros materiais e subjetivos, é possível examinar se foram exteriorizadas condutas periféricas ao núcleo do tipo penal, mas que evidenciem perigo real ao bem jurídico tutelado. 2. A decisão agravada, lastreada nos fatos descritos no acórdão impugnado, consignou que os atos praticados pelo agravante e seus dois comparsas ultrapassaram a cogitação ou preparação, pois expuseram a perigo o bem jurídico tutelado. 3. Houve o prévio acerto e a divisão de tarefas, inclusive, dois deles (um armado) já estavam no interior do veículo (conduzido pela vítima) a caminho do ponto combinado (onde o terceiro aguardava) para o anúncio do roubo, o que apenas não ocorreu pela intervenção policial. 4. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp n. 1.278.535/MS, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 5/5/2020, DJe de 12/5/2020.)

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 43. O policial Ermano e sua filha de dois anos caminhavam em uma rua quando se depararam com um cão Rottweiler que era guiado por seu tutor, Ronaldo. O cão atacou Ermano e a filha, ainda que Ronaldo tentasse controlar o animal. Ermano, que portava uma arma de fogo, disparou-a para proteger a filha e, embora o alvo fosse o cão, o projétil ricocheteou e atingiu Ronaldo, que faleceu em decorrência do ferimento, tendo ficado constatado que Ermano não tinha outra alternativa para evitar o ataque do cão contra sua filha.

Nessa situação hipotética, Ermano agiu

- a) em legítima defesa putativa, devendo responder, contudo, pela morte de Ronaldo.
- b) em *aberratio ictus*, amparado por uma causa excludente de culpabilidade.
- c) em legítima defesa preordenada e não deve responder pela morte de Ronaldo.
- d) em estado de necessidade exculpante, devendo responder, contudo, pela morte de Ronaldo.
- e) em estado de necessidade e não deve responder, na esfera penal, pela morte de Ronaldo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta. De acordo com o Código Penal, considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, nos termos do seu art. 24.

No caso hipotético narrado, estão presentes todos os requisitos para a caracterização do estado de necessidade, quais sejam: "1) Existência de perigo atual e inevitável: o cão atacou Ermano e a filha, ainda que o tutor tentasse controlar o animal. 2) Não provocação voluntária do perigo: o policial Ermano e sua filha de 2 (dois) anos caminhavam em uma rua quando se depararam com um cão Rottweiler.3) Inevitabilidade do perigo por outro meio: tendo ficado constatado que Ermano não tinha outra alternativa para evitar o ataque do cão contra sua filha de 2 (dois) anos.4) Inexigibilidade de sacrifício do bem ameaçado: a proteção da integridade física da filha de Ermano tem valor superior à integridade física do cão.5) Direito próprio ou alheio: Ermano, que portava uma arma de fogo, disparou-a para proteger a filha.6) Elemento subjetivo: finalidade de salvar o bem (integridade física da filha de 2 anos) do perigo (ataque do cão Rottweiler). 7) Ausência de dever legal de enfrentar o perigo."

Portanto, considerando a presença de uma hipótese excludente de ilicitude (estado de necessidade), não há crime. Nesse sentido, o art. 23, I, do CP afirma que: "Não há crime quando o agente pratica o fato: I - em estado de necessidade". Assim, Ermano não deve responder, na esfera penal, pela morte de Ronaldo.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa E.

QUESTÃO 44. A luz do Código Penal (CP) e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta acerca das penas privativas de liberdade e das penas alternativas.

- a) A execução da pena restritiva de direitos depende do trânsito em julgado da condenação.

b) É admissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) com condição especial ao regime aberto.

c) O condenado que for reincidente em crime doloso não fará jus em nenhuma hipótese à pena restritiva de direitos.

d) As penas se dividem em duas espécies: privativas de liberdade e restritivas de direitos.

e) Se a pena-base for estabelecida no mínimo legal, é possível impor um regime prisional mais gravoso com base unicamente na gravidade abstrata do delito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos da Súmula 643 do STJ: “A execução da pena restritiva de direitos depende do trânsito em julgado da condenação”.

A alternativa B está incorreta, nos termos da Súmula 493 do STJ: “É inadmissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto”.

A alternativa C está incorreta. Em regra, o condenado que seja reincidente em crime doloso não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, por expressa vedação do art. 44, II, do CP.

Contudo, o § 3º do art. 44 prevê que o juiz poderá conceder a pena restritiva de direitos ao condenado reincidente em crime doloso, desde que: a) a medida seja socialmente recomendável e b) a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime (novo crime doloso idêntico).

Cumprir destacar que a Terceira Seção do STJ fixou o entendimento de que o impedimento absoluto à substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, por causa de reincidência do réu (artigo 44, parágrafo 3º, do Código Penal), só é aplicável no caso da reincidência no mesmo crime (constante do mesmo tipo penal). Assim, nos demais casos de reincidência – como em crimes de mesma espécie, que violam o mesmo bem jurídico, mas constam de tipos diferentes –, cabe ao Judiciário avaliar se a substituição é ou não recomendável em virtude da condenação anterior.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 32 do CP: “As penas são: I - privativas de liberdade; II - restritivas de direitos; III - de multa.”

A alternativa E está incorreta, dispõe a Súmula 440 do STJ que, “fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito”.

QUESTÃO 45. Constitui causa impeditiva para a contagem do prazo para a prescrição

a) o recebimento da denúncia.

b) a reincidência.

c) a decisão confirmatória da pronúncia.

d) a não localização do agente.

e) a pendência de recursos aos tribunais superiores, quando inadmissíveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

As causas impeditivas da prescrição encontram-se previstas no art. 116 do Código Penal, que assim dispõe: "Art. 116 - Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre: I - enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime; II - enquanto o agente cumpre pena no exterior; III - na **pendência** de embargos de declaração ou **de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis**; e IV - enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal."

A alternativa E está correta, nos termos do art. 116, III, do CP que dispõe que, antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre na pendência de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis.

As alternativas A, B e C estão incorretas, pois trazem hipóteses de interrupção da prescrição, conforme o art. 117 do CP: "O curso da prescrição interrompe-se: I - pelo recebimento da denúncia ou da queixa; II - pela pronúncia; III - pela decisão confirmatória da pronúncia; IV - pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis; V - pelo início ou continuação do cumprimento da pena; VI - pela reincidência."

A alternativa D está incorreta, pois consiste em hipótese de suspensão da prescrição.

QUESTÃO 46. Raquel foi vítima de roubo, durante o qual sua motocicleta foi subtraída sob grave ameaça. Após a conclusão do inquérito policial que investigou o crime, não tendo sido possível identificar o autor, o Ministério Público (MP) solicitou o arquivamento do caso devido à falta de justa causa, o que foi homologado pelo juiz competente. No entanto, um mês depois, uma nova testemunha surgiu e alegou ter informações sobre o autor do roubo.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- a) **É admissível o arquivamento implícito na ação penal pública.**
- b) **Da decisão que promove o arquivamento caberá recurso para o chefe de polícia.**
- c) **O arquivamento do inquérito policial somente poderá ser feito a pedido do titular da ação penal, salvo na ausência de tipicidade da conduta, oportunidade em que o arquivamento pode ser realizado pelo delegado de policial.**
- d) **Na ação penal pública condicionada, o arquivamento não depende do consentimento de vítima.**
- e) **Admite-se que o MP solicite o desarquivamento do inquérito, visto que a decisão de arquivamento na situação em questão apenas fez coisa julgada material.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o entendimento majoritário da doutrina e da jurisprudência, o sistema processual penal brasileiro não prevê a figura do arquivamento implícito de inquérito policial.

A alternativa B está incorreta, pois o arquivamento poderá ser submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial.

Dispõe o art. 28, § 1º, do CPP que: "Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica".

Ademais, importante destacar que, no julgamento da ADI 6305, o STF decidiu, por unanimidade, atribuir interpretação conforme ao § 1º do art. 28 do CPP, incluído pela Lei nº 13.964/2019, para assentar que, além da vítima ou de seu representante legal, a autoridade judicial competente também poderá submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, caso verifique patente ilegalidade ou teratologia no ato do arquivamento.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 17 do CPP: “A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito”.

A alternativa D está correta, pois a representação da vítima é condição de procedibilidade para o início da ação penal, cujo titular é o Ministério Público. Não sendo necessário o consentimento da vítima para o arquivamento do inquérito policial.

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que o arquivamento por ausência de justa causa para o exercício da ação penal só faz coisa julgada formal, sendo possível que, depois do arquivamento, surjam provas novas acerca do fato delituoso capazes de alterar o contexto probatório dentro do qual tal decisão foi proferida. Nesse sentido, dispõe o art. 18 do CPP: “Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia”. Além disso, a Súmula 524 do STF estabelece que, “arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas”.

QUESTÃO 47. Dentro de um navio atracado no porto de Santos para uma viagem de cruzeiro, um desembargador do estado de Sergipe praticou lesão corporal gravíssima contra um senador da Bahia. O motivo do crime estava relacionado a uma discussão que envolvia times de futebol.

Nessa situação hipotética, segundo a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal (STF), o julgamento do desembargador será de competência do

a) juízo de primeiro grau da Justiça Federal de São Paulo.

b) juízo de segundo grau da Justiça Estadual de Sergipe.

c) juízo de primeiro grau da Justiça Estadual de Sergipe.

d) Superior Tribunal de Justiça (STJ).

e) juízo de primeiro grau da Justiça Estadual de São Paulo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, pois, no caso hipotético narrado, o Superior Tribunal de Justiça é o tribunal competente para o julgamento nas situações em que, não fosse a prerrogativa de foro (art. 105, I, da Constituição Federal), o desembargador acusado houvesse de responder à ação penal perante juiz de primeiro grau vinculado ao mesmo tribunal.

Assim, mesmo que o crime cometido pelo Desembargador não esteja relacionado com as suas funções, ele será julgado pelo STJ se a remessa para a 1ª instância significar que o réu seria julgado por um juiz de primeiro grau vinculado ao mesmo tribunal que o Desembargador.

A manutenção do julgamento no STJ tem por objetivo preservar a imparcialidade e independência do órgão julgador.

Segue ementa do julgamento pela Corte Especial do STJ na QO na APn 878-DF: "PROCESSUAL PENAL E CONSTITUCIONAL. QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL. COMPETÊNCIA CRIMINAL ORIGINÁRIA DO STJ. ART. 105, I, "A", DA CONSTITUIÇÃO. QO NA AP 937/STF. QO NA APN 857/STJ. AGRG NA APN 866/STJ. DESEMBARGADOR. CRIME SEM RELAÇÃO COM O CARGO. VINCULAÇÃO FUNCIONAL. PRERROGATIVA DE FORO. FINALIDADE DA NORMA. EXERCÍCIO INDEPENDENTE DAS FUNÇÕES PELA AUTORIDADE DETENTORA DE FORO. IMPARCIALIDADE DO ÓRGÃO JULGADOR. CREDIBILIDADE DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL. COMPETÊNCIA DO STJ. 1. Hipóteses em que Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná responde pela prática, em tese, de delito de lesão corporal ocorrido em Curitiba-PR. 2. O crime que é imputado ao réu não tem relação com o exercício do cargo de Desembargador, de modo que, a princípio, aplicando-se o precedente produzido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da QO na AP 937, não teria o réu foro no Superior Tribunal de Justiça. 3. A interpretação do alcance das hipóteses de prerrogativa de foro previstas na Constituição da República, não obstante, responde não apenas à necessidade de que aquele que goza da prerrogativa tenha condições de exercer com liberdade e independência as funções inerentes ao cargo público que lhe confere a prerrogativa. 4. Para além disso, nos casos em que são membros da magistratura nacional tanto o acusado quanto o julgador, a prerrogativa de foro não se justifica apenas para que o acusado pudesse exercer suas atividades funcionais de forma livre e independente, pois é preciso também que o julgador possa reunir as condições necessárias ao desempenho de suas atividades judicantes de forma imparcial. 5. A necessidade de que o julgador possa reunir as condições para o desempenho de suas atividades judicantes de forma imparcial não se revela como um privilégio do julgador ou do acusado, mas como uma condição para que se realize justiça criminal de forma isonômica e republicana. 6. Questão de ordem resolvida no sentido de se reconhecer a competência do Superior Tribunal de Justiça nas hipóteses em que, não fosse a prerrogativa de foro (art. 105, I, da Constituição), o Desembargador acusado houvesse de responder à ação penal perante juiz de primeiro grau vinculado ao mesmo tribunal." (QO na APn n. 878/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, julgado em 21/11/2018, DJe de 19/12/2018.)

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

QUESTÃO 48. Assinale a opção correta a respeito da prisão e da liberdade provisória, à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) Um dos requisitos para a decretação da prisão temporária é que esta seja adequada à gravidade concreta do crime, as circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado.
- b) Será exigido o reforço da fiança quando o acusado descumprir de forma injustificada, ordem judicial.
- c) É compatível com a Constituição Federal de 1988 da prisão especial para pessoas com diploma superior.
- d) Há flagrante impróprio quando o agente é preso, logo depois de ter cometido a infração, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.
- e) Admite-se a concessão de liberdade provisória com pagamento de fiança nos crimes dolosos punidos com pena máxima privativa de liberdade superior a quatro anos.

Comentários

As alternativas corretas são as **letras A e E**.

A alternativa A está correta, pois trata-se de requisito fixado pelo STF para a decretação da prisão temporária.

No julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 3360 e 4109, o STF julgou parcialmente procedente as ações para dar interpretação conforme a Constituição Federal ao artigo 1º da Lei 7.960/1989 e fixar o entendimento de que a decretação de prisão temporária está autorizada quando forem cumpridos cinco requisitos, cumulativamente: 1) for imprescindível para as investigações do inquérito policial, constatada a partir de elementos concretos, e não meras conjecturas, vedada a sua utilização como prisão para averiguações, em violação ao direito à não autoincriminação, ou quando fundada no mero fato de o representado não ter residência fixa; 2) houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes descritos no artigo 1º, inciso III, da Lei 7.960/1989, vedada a analogia ou a interpretação extensiva do rol previsto; 3) for justificada em fatos novos ou contemporâneos; 4) for adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado; 5) não for suficiente a imposição de medidas cautelares diversas, previstas nos artigos 319 e 320 do Código de Processo Penal (CPP).

A alternativa B está incorreta, pois a situação narrada é de quebra de fiança, nos termos do art. 341 do CPP, que dispõe que: “Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado: III - descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança; IV - resistir injustificadamente a ordem judicial”.

A alternativa C está incorreta. No julgamento da ADPF 334, o Plenário do Supremo Tribunal declarou que o dispositivo do Código de Processo Penal (CPP) que concede o direito a prisão especial a pessoas com diploma de ensino superior, até decisão penal definitiva, não é compatível com a Constituição Federal (não foi recepcionado) por ofensa ao princípio da isonomia (arts. 3º, IV; e 5º, caput, CF/88).

A alternativa D está incorreta, pois a situação apresentada consiste em flagrante presumido. De acordo com Renato Brasileiro, “No flagrante presumido, ficto ou assimilado, o agente é preso logo depois de cometer a infração, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração (CPP, art. 302, IV). Nesse caso, a lei não exige que haja perseguição, bastando que a pessoa seja encontrada logo depois da prática do ilícito com coisas que traduzam um veemente indício da autoria ou participação no crime”. Por outro lado, o flagrante impróprio (também denominado de imperfeito, irreal ou quase-flagrante) ocorre na hipótese prevista no inciso III do art. 302 do CPP, segundo o qual: “Considera-se em flagrante delito quem: III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração”.

A alternativa E está correta, pois o CPP não estabelece quais infrações penais admitem fiança. Desse modo, o diploma legislativo somente estabelece os casos que não admitem fiança, dentro os quais não se encontra a hipótese da alternativa.

Logo, é possível afirmar que, por ausência de vedação expressa, se admite a concessão de liberdade provisória com pagamento de fiança nos crimes dolosos punidos com pena máxima privativa de liberdade superior a quatro anos. Nesse caso, em virtude da pena, a fiança será requerida ao juiz, que decidirá em 48 (quarenta e oito) horas, nos termos do art. 322, parágrafo único, do CPP.

QUESTÃO 49. Cássia praticou crime de estelionato, tendo sido Patrícia a vítima. Após tomar conhecimento do oferecimento de denúncia contra Cássia pelo MP, que incluía a apresentação do valor do prejuízo sofrido e o requerimento de reparação do dano, Patrícia passou a acompanhar o andamento do processo, mas optou por não se habilitar como

assistente de acusação. Após a instrução processual, os autos foram encaminhados para julgamento.

Considerando a situação hipotética precedente, assinale a opção correta à luz do Código de Processo Penal (CPP) e do entendimento jurisprudencial do STJ.

a) O juiz pode estabelecer um valor de indenização em caso de sentença condenatória, no entanto, nessa situação, a ofendida não tem a faculdade de buscar a reparação do dano efetivamente sofrido no âmbito cível.

b) Em caso de sentença absolutória com trânsito em julgado na qual seja reconhecida a insuficiência de provas para a condenação, não é possível buscar reparação cível.

c) Em caso de eventual sentença absolutória e omissão do MP, Patrícia tem o direito de apresentar recurso de apelação por intermédio de seu advogado, mesmo que não esteja habilitada como assistente de acusação no momento da sentença.

d) A fixação de valor mínimo (art. 387, IV, do CPP) para reparação dos danos morais causados pela infração exige pedido expresso na inicial, sendo necessárias, ainda, a indicação de valor e a instrução probatória específica.

e) O juiz não está autorizado a fixar um valor mínimo de indenização; no entanto, em caso de sentença condenatória, Patrícia ou seu representante legal poderá executá-la por meio de ação civil ex delicto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do parágrafo único do art. 63 do CPP: “Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá ser efetuada pelo valor fixado nos termos do inciso IV do caput do art. 387 deste Código sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido”.

A alternativa B está incorreta, pois a sentença absolutória por insuficiência de provas para a condenação não obsta a reparação cível. Nos termos do art. 66 do CPP: “Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato”.

A alternativa C está incorreta, pois a legitimidade recursal do assistente de acusação não está restrita somente à hipótese de eventual sentença absolutória.

A alternativa D está correta. A jurisprudência da Quinta Turma do STJ está firmada no sentido de que a fixação de valor mínimo para reparação dos danos (mesmo os morais), na forma do art. 387, IV, do CPP, exige, além de pedido expresso na inicial, indicação do montante pretendido e realização de instrução específica a respeito do tema.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 387, IV, do CPP: “O juiz, ao proferir sentença condenatória: IV - fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido”.

QUESTÃO 50. Acerca dos crimes em espécie, assinale a opção correta com base na jurisprudência dos tribunais superiores.

a) Pratica o crime de desobediência o condutor de veículo que se recusa a acatar a ordem de parada emitida por uma autoridade durante uma ação de policiamento ostensivo, cujo propósito é prevenir e reprimir crimes.

b) Inserir informação falsa em currículo lattes configura crime de falsidade ideológica.

c) O fato de as vítimas estarem ou não dormindo no momento do crime e o local de sua ocorrência são circunstâncias relevantes para a incidência da qualificadora do noturno no crime de furto.

d) A conduta de submeter-se à vacinação contra covid-19 em local diverso do agendado e (ou) com aplicação de imunizante diverso do reservado constitui crime contra a administração pública.

e) Configura crime de estelionato a conduta do funcionário de empresa o qual conspira com outro indivíduo para que este simule um assalto ao empregado com uma arma de fogo e, dessa forma, leve o dinheiro da empresa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, consoante a tese fixada pelo STJ em sede de Recurso Repetitivo (Tema 1060), segundo o qual: “A desobediência à ordem legal de parada, emanada por agentes públicos em contexto de policiamento ostensivo, para a prevenção e repressão de crimes, constitui conduta penalmente típica, prevista no art. 330 do Código Penal Brasileiro”.

A alternativa B está incorreta. Segundo a jurisprudência do STJ, não configura o delito de falsidade ideológica (art. 299 do CP) a conduta de inserir dado que não condiz com a realidade em currículo Lattes, tendo em vista que: i) o currículo Lattes não é considerado documento por ser eletrônico e não ter assinatura digital; ii) o currículo Lattes é passível de averiguação e, portanto, não é objeto material de falsidade ideológica.

A alternativa C está incorreta. Inicialmente, destaca-se o equívoco quanto à natureza jurídica do furto noturno, pois trata-se de majorante e não de qualificadora como apontou o item.

Ademais, em sede de Recurso Repetitivo, o STJ fixou a seguinte tese: “1. Nos termos do § 1º do art. 155 do Código Penal, se o crime de furto é praticado durante o repouso noturno, a pena será aumentada de um terço. 2. O repouso noturno compreende o período em que a população se recolhe para descansar, devendo o julgador atentar-se às características do caso concreto. 3. A situação de repouso está configurada quando presente a condição de sossego/tranquilidade do período da noite, caso em que, em razão da diminuição ou precariedade de vigilância dos bens, ou, ainda, da menor capacidade de resistência da vítima, facilita-se a concretização do crime. 4. São irrelevantes os fatos das vítimas estarem ou não dormindo no momento do crime, ou o local de sua ocorrência, em estabelecimento comercial, via pública, residência desabitada ou em veículos, bastando que o furto ocorra, obrigatoriamente, à noite e em situação de repouso.”

A alternativa D está incorreta. No informativo 752, o STJ afirmou que “São atípicas as condutas de submeter-se à vacinação contra covid-19 em local diverso do agendado e/ou com aplicação de imunizante diverso do reservado e/ou de submeter-se à vacinação sem a realização de agendamento”.

A alternativa E está incorreta. No informativo 980, o STF decidiu que “Configura o crime de roubo (e não estelionato) a conduta do funcionário de uma empresa que combina com outro indivíduo para que este simule que está assaltando o empregado com uma arma de fogo e, dessa forma, leve o dinheiro da empresa”.

QUESTÃO 51. O poder do empregador voltado à organização e ao funcionamento do negócio de forma a determinar as condições da prestação de serviços do empregado em decorrência do contrato de trabalho é denominado

- a) poder diretivo.
- b) poder hierárquico.
- c) poder de controle.
- d) poder fiscalizatório.
- e) poder disciplinar.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**. A questão trata sobre os poderes do empregador.

A alternativa A está correta. Para Mauricio Godinho Delgado, o poder diretivo ou organizativo consiste no “conjunto de prerrogativas tendencialmente concentradas no empregador dirigidas à organização da estrutura e espaço empresariais internos (...) com a especificação e orientação cotidianas no que tange à prestação de serviços”.

A alternativa B está incorreta. Segundo a jurisprudência do TST, poder hierárquico do empregador é prerrogativa que se desdobra nos poderes (i) diretivo, (ii) fiscalizatório, (iii) regulamentar e (iv) disciplinar. Veja: “(...) III. A subordinação jurídica decorre do poder hierárquico do empregador - inerente à relação de emprego -, e se desdobra nos poderes (i) diretivo, (ii) fiscalizatório, (iii) regulamentar e (iv) disciplinar. Somente com a convergência concreta de todos os elementos do poder hierárquico é possível configurar a subordinação jurídica, admitindo-se a existência latente do poder disciplinar, cuja manifestação pressupõe falta do empregado. (...) RR-1008846.2015.5.18.0002, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 04/09/2020.”

As alternativas C e D estão incorretas. Na doutrina de Mauricio Godinho Delgado, poder de controle corresponde ao poder fiscalizatório, o qual, por sua vez consiste no conjunto de prerrogativas dirigidas a propiciar o acompanhamento contínuo da prestação de trabalho e a própria vigilância efetivada ao longo do espaço empresarial interno” (ex: controle de horário, circuito interno de TV, revistas etc.).

A alternativa E está incorreta. Para Mauricio Godinho Delgado, o poder disciplinar consiste no “conjunto de prerrogativas concentradas no empregador dirigidas a propiciar a imposição de sanções aos empregados em face do descumprimento por esses de suas obrigações contratuais”.

QUESTÃO 52. As gueltas são

- a) empréstimos gratuitos de coisa não fungível.
- b) benefícios concedidos a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para o pagamento de custas processuais.
- c) liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

d) gratificações ou prêmios pagos com habitualidade por terceiro aos empregados de uma empresa, com a anuência do empregador, no exercício de sua atividade-fim, com o objetivo de incentivar vendas de produtos ou serviços, durante o horário de trabalho.

e) contratos em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o patrimônio de outrem.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**. A questão trata sobre remuneração.

A alternativa A está incorreta, pois traz o conceito de comodato. De acordo com art. 579 do Código Civil: “Art. 579. O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto.”

A alternativa B está incorreta, pois traz o conceito de gratuidade da justiça. De acordo com art. 98 do CPC: “Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.”

A alternativa C está incorreta, pois traz o conceito de prêmio. De acordo com art. 457, § 4º, da CLT: “§ 4º Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.”

A alternativa D está correta. Segundo a doutrina, gueltas correspondem a incentivos comerciais pagos pelo fabricante/distribuidor com a finalidade de fomentar a venda de seus produtos, beneficiando este terceiro, em relação ao contrato de trabalho, que se utiliza dos vendedores de outrem.

A propósito, cite-se a jurisprudência do TST: “AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. GUELTAS. NATUREZA SALARIAL. Atendido o pressuposto estabelecido no art. 896, a, da CLT, colhe provimento o agravo para processamento da revista. Agravo conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. GUELTAS. NATUREZA SALARIAL. As gueltas pagas por terceiro ao empregado, com a anuência do empregador e com o objetivo de estimular as vendas de determinado produto, assemelham-se às gorjetas, tendo natureza remuneratória, não podendo ser excluídas da integração pertinente por aplicação analógica da Súmula nº 354 desta Corte. Recurso de revista conhecido e desprovido. (TST - RR: 901402520035190001 90140-25.2003.5.19.0001, Relator: Luiz Carlos Gomes Godoi, Data de Julgamento: 29/03/2006, 2ª Turma, Data de Publicação: DJ 19/05/2006).”

A alternativa E está incorreta, pois traz o conceito de doação. De acordo com art. 538 do Código Civil: “Art. 538. Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra.”

QUESTÃO 53. A modalidade de salário de um comissionista puro é o salário por

a) unidade de tempo.

b) tarefa.

c) empreitada.

d) unidade de obra.

e) utilidade.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**. A questão trata sobre salário.

A alternativa A está incorreta. O salário por unidade de tempo é aquele em que há uma importância fixa paga em razão do tempo trabalhado ou à disposição (por hora, dia, semana, quinzena ou mês).

A alternativa B está incorreta. O salário por tarefa é aquele em que há uma importância fixa ajustada em razão do tempo preestabelecido, desde que o empregado execute o mínimo predeterminado.

A alternativa C está incorreta. Segundo Maurício Godinho, empreitada "(...) é o contrato mediante o qual uma (ou mais) pessoa(s) compromete(m)-se a realizar ou mandar realizar uma obra certa e especificada para outrem, sob a imediata direção do próprio prestador, em contraponto a retribuição material predeterminada ou proporcional aos serviços concretizados".

Ainda, de acordo com art. 610 do Código Civil: "Art. 610. O empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela só com seu trabalho ou com ele e os materiais."

A alternativa D está correta. As comissões consistem em salário por unidade de obra, correspondente àquele que varia com a quantidade de serviço produzido, sem levar em conta o tempo.

A propósito, cite-se a jurisprudência do TST: "RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. EMPREGADO COMISSIONISTA. REFLEXOS DAS COMISSÕES NO DSR E MAJORAÇÃO NAS DEMAIS PARCELAS. SÚMULAS 297 E 337, IV/TST. Inviável o recurso de revista por violação à lei, tendo em vista a ausência do necessário prequestionamento dos dispositivos legais apontados como violados (Súmula 297/TST). Outrossim, o aresto colacionado não atende à Súmula 337, IV, c, do TST. Recurso de revista não conhecido. AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA. RECURSO DE REVISTA. 1) PRELIMINAR DE NULIDADE. ACÓRDÃO REGIONAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. 2) REFLEXOS DAS COMISSÕES NO DESCANSO SEMANAL REMUNERADO. SÚMULA 27/TST. 3) REFLEXOS DAS COMISSÕES EM DESCANSO SEMANAL REMUNERADO. VALOR DEVIDO. SÚMULA 126/TST. 4) GRUPO ECONÔMICO. SÚMULA 126/TST. Em face da natureza salarial das comissões, expressamente prevista pelo art. 457, § 1º, da CLT, sendo a verba nítido salário por unidade de obra/serviço, ela deve, sim, repercutir sobre a remuneração do repouso semanal obreiro (Lei nº 605/49), não havendo qualquer limitação se percebidas as comissões mensalmente. Isso porque, ainda que as comissões sejam percebidas em periodicidade mensal, a remuneração do repouso semanal não está abrangida em tais comissões, as quais retribuem apenas o dispêndio de energia desenvolvido nos dias de efetiva produção. Aplicável, portanto, a Súmula 27/TST, segundo a qual "é devida a remuneração do repouso semanal e dos dias feriados ao empregado comissionista, ainda que pracista". Agravo de instrumento desprovido. (TST - ARR-AIRR: 00667009020095150133, Relator: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 20/04/2016, 3ª Turma, Data de Publicação: 29/04/2016).

A alternativa E está incorreta. O salário in natura, também conhecido por salário utilidade, é entendido como sendo toda parcela, bem ou vantagem fornecida pelo empregador como gratificação pelo trabalho desenvolvido ou pelo cargo ocupado.

QUESTÃO 54. Com base no disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a opção correta.

a) O empregado submetido ao regime de teletrabalho poderá prestar serviços por jornada, por produção ou por tarefa.

b) O comparecimento habitual do empregado às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam sua presença descaracteriza o regime de teletrabalho.

c) O regime de teletrabalho é limitado a 30% dos empregados por estabelecimento.

d) É vedada a adoção de regime de teletrabalho para estagiários.

e) Os valores pagos ao empregado em regime de teletrabalho para manutenção de equipamentos tecnológicos e infraestrutura adequada à prestação do trabalho integram a remuneração do empregado, ainda que previstos em contrato escrito.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**. A questão trata sobre teletrabalho.

A alternativa A está correta. De acordo com art. 75-B, § 2º, da CLT: “O empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 75-B, § 1º, da CLT: “O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.”

A alternativa C está incorreta. Não existe tal limitação na lei.

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 75-B, § 6º, da CLT: “Fica permitida a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para estagiários e aprendizes.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 75-D da CLT: “As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito. Parágrafo único. As utilidades mencionadas no caput deste artigo não integram a remuneração do empregado.”

QUESTÃO 55. Acerca das férias para empregados regidos pela CLT, assinale a opção correta.

a) As férias individuais poderão ser usufruídas em até três períodos de, no mínimo, cinco dias cada um.

b) A concessão das férias na época própria com o atraso da respectiva remuneração enseja a aplicação da penalidade de pagamento em dobro ao empregador.

c) A época de concessão das férias será negociada com o empregador de forma a melhor atender os interesses do empregado.

d) As férias coletivas podem ser divididas em até dois períodos por ano, desde que nenhum deles seja inferior a 10 dias corridos.

e) Os empregados que não completaram o período aquisitivo não podem gozar férias coletivas.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**. A questão trata sobre férias.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 134, § 1º, da CLT: “Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.”

A alternativa B está incorreta. A Súmula 450 do TST, que continha tal previsão, foi considerada inconstitucional pelo STF, no julgamento da ADPF 501 (Min. Rel. Alexandre de Moraes). Veja: “Ementa: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. SÚMULA 450 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS EM DOBRO QUANDO ULTRAPASSADO O PRAZO DO ART. 145 DA CLT. IMPOSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO ATUAR COMO LEGISLADOR POSITIVO. AUSÊNCIA DE LACUNA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DE NORMA SANCIONADORA. OFENSA À SEPARAÇÃO DE PODERES E AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PROCEDÊNCIA. 1. Os poderes de Estado devem atuar de maneira harmônica, privilegiando a cooperação e a lealdade institucional e afastando as práticas de guerrilhas institucionais, que acabam minando a coesão governamental e a confiança popular na condução dos negócios públicos pelos agentes públicos. Precedentes. 2. Impossibilidade de atuação do Poder Judiciário como legislador positivo, de modo a ampliar o âmbito de incidência de sanção prevista no art. 137 da CLT para alcançar situação diversa, já sancionada por outra norma. 3. Ausência de lacuna justificadora da construção jurisprudencial analógica. Necessidade de interpretação restritiva de normas sancionadoras. Proibição da criação de obrigações não previstas em lei por súmulas e outros enunciados jurisprudenciais editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho (CLT, art. 8º, § 2º).

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 136 da CLT: “A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.”

A alternativa D está correta. De acordo com art. 139, § 1º, da CLT: “As férias poderão ser gozadas em 2 (dois) períodos anuais desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 140 da CLT: “Os empregados contratados há menos de 12 (doze) meses gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo.”

QUESTÃO 56. Acerca da impetração de mandado de segurança contra decisão que determine a penhora de proventos de aposentadoria, assinale a opção correta, à luz do Código de Processo Civil de 2015 e da Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

a) O mandado de segurança é incabível no referido caso, por ser a decisão passível de reforma por meio de agravo de petição.

b) O ato tido como coator será ilegal ou abusivo se a constrição recair sobre proventos de aposentadoria depositados em caderneta de poupança em valor inferior a quarenta salários mínimos.

c) A decisão ofende direito líquido e certo da parte impetrante por não ser possível a penhora de proventos de aposentadoria para satisfação de crédito trabalhista.

d) A segurança deve ser concedida em razão da impenhorabilidade dos proventos de aposentadoria.

e) Não há ilegalidade ou abusividade no ato desde que a penhora não ultrapasse 50% dos ganhos líquidos da parte executada e o valor líquido auferido pelo impetrante, após os descontos, não seja inferior a um salário-mínimo.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

De acordo com entendimento do TST: “RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA. PROVENTOS DE APOSENTADORIA. PERCENTUAL. ARTIGO 833, IV E § 2º, DO CPC DE 2015. OJ 153 DA SBDI-2 DO TST. LEGALIDADE. (...) A norma inscrita no referido § 2º do artigo 833 do CPC de 2015, ao excepcionar da regra da impenhorabilidade as prestações alimentícias, qualquer que seja sua origem, autoriza a penhora de percentual de salários e proventos de aposentadoria com o escopo de satisfazer créditos trabalhistas, dotados de evidente natureza alimentar. (...) Por outro lado, é de se concluir que a impenhorabilidade prevista no inciso IV do artigo 833 do CPC de 2015 não mais pode ser oposta na execução para satisfação do crédito trabalhista típico, devendo ser observado apenas que o desconto em folha de pagamento estará limitado a 50% (cinquenta por cento) dos ganhos líquidos do devedor, na forma do mencionado § 3º do artigo 529 do mesmo diploma legal. 3. No caso examinado, como a decisão impugnada foi exarada sob a égide do CPC de 2015, não há ilegalidade na determinação de penhora incidente sobre percentual de proventos de aposentadoria. (ROT - 1001493-81.2021.5.02.0000. Min. Rel. Douglas Alencar Rodrigues).

A título de esclarecimento, veja o que determina artigo 529, § 3º, do CPC: “§ 3º Sem prejuízo do pagamento dos alimentos vincendos, o débito objeto de execução pode ser descontado dos rendimentos ou rendas do executado, de forma parcelada, nos termos do caput deste artigo, contanto que, somado à parcela devida, não ultrapasse cinquenta por cento de seus ganhos líquidos.”

Logo, pela mesma justificativa, as alternativas B, C e D ficam incorretas, pois os proventos de aposentadoria são, sim, penhoráveis.

A alternativa A está incorreta. Não é cabível agravo de petição. O agravo de petição é cabível nas execuções trabalhistas, de acordo com art. 897, alínea ‘a’, da CLT: “Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: a) de petição, das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções;”

QUESTÃO 57. A ausência de indicação expressa do dispositivo legal supostamente ofendido enseja a inépcia da petição inicial da ação rescisória quando esta tiver como fundamento de rescindibilidade

a) violação manifesta de norma jurídica.

b) erro de fato.

c) dolo ou coação da parte vencida.

d) ofensa à coisa julgada.

e) prova falsa.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

De acordo com a Súmula 408 do TST: “AÇÃO RESCISÓRIA. PETIÇÃO INICIAL. CAUSA DE PEDIR. AUSÊNCIA DE CAPITULAÇÃO OU CAPITULAÇÃO ERRÔNEA NO ART. 966 DO CPC DE

2015. ART. 485 DO CPC DE 1973. PRINCÍPIO “IURA NOVIT CURIA”. Não padece de inépcia a petição inicial de ação rescisória apenas porque omite a subsunção do fundamento de rescindibilidade no art. 966 do CPC de 2015 (art. 485 do CPC de 1973) ou o capitula erroneamente em um de seus incisos. Contanto que não se afaste dos fatos e fundamentos invocados como causa de pedir, ao Tribunal é lícito emprestar-lhes a adequada qualificação jurídica (‘iura novit curia’). No entanto, fundando-se a ação rescisória no art. 966, inciso V, do CPC de 2015 (art. 485, inciso V, do CPC de 1973), é indispensável expressa indicação, na petição inicial da ação rescisória, da norma jurídica manifestamente violada (dispositivo legal violado sob o CPC de 1973), por se tratar de causa de pedir da rescisória, não se aplicando, no caso, o princípio ‘iura novit curia’.”

As demais alternativas, portanto, ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 58. O direito de o empregador instaurar inquérito judicial para apuração de falta grave em face de empregado dirigente sindical que incorre em abandono de emprego é contado a partir do(a)

- a) cassação do benefício previdenciário, quando existente.
- b) término do período em que garantida a estabilidade provisória de dirigente sindical.
- c) momento em que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço.
- d) suspensão do empregado.
- e) ausência de justificativa pelo trabalhador para não retornar ao serviço.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

De acordo com a Súmula 62 do TST: “ABANDONO DE EMPREGO. O prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito em face do empregado que incorre em abandono de emprego é contado a partir do momento em que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço.”

As demais alternativas, portanto, ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 59. O beneficiário da justiça gratuita que tem sua reclamação trabalhista julgada improcedente deve

- a) pagar as multas processuais que lhe forem impostas ao final do processo.
- b) recolher as custas processuais no valor de 2% do valor da causa após o trânsito em julgado.
- c) efetuar o depósito recursal para recorrer.
- d) ser isentado do pagamento de honorários de sucumbência.
- e) ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários periciais em que sucumbente no objeto da perícia.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com art. 98, § 4º, do CPC: “§ 4º A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.”

A alternativa B está incorreta. Os beneficiários da justiça gratuita são isentos do pagamento de custas processuais, conforme art. 790-A, caput, da CLT: “Art. 790-A. São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita:”

A alternativa C está incorreta. Os beneficiários da justiça gratuita são isentos do depósito recursal, conforme art. 899, § 10, da CLT: “§ 10. São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 791-A, caput e § 4º, da CLT: “Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. § 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, [desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa] (trecho declarado inconstitucional pela ADI 5766), as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.”

A alternativa E está incorreta. Neste caso, a União será responsável pelo pagamento, conforme Súmula 457 do TST: “HONORÁRIOS PERICIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. RESPONSABILIDADE DA UNIÃO PELO PAGAMENTO. RESOLUÇÃO Nº 66/2010 DO CSJT. OBSERVÂNCIA. A União é responsável pelo pagamento dos honorários de perito quando a parte sucumbente no objeto da perícia for beneficiária da assistência judiciária gratuita, observado o procedimento disposto nos arts. 1º, 2º e 5º da Resolução n.º 66/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.”

QUESTÃO 60. À luz da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a interposição de recurso da revista por empresa privada na fase de execução pode ocorrer na hipótese de

- a) violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.**
- b) contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.**
- c) dissenso jurisprudencial quanto a dispositivo de lei estadual de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do tribunal regional prolator da decisão recorrida.**
- d) ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.**
- e) divergência jurisprudencial entre Tribunal Regional do Trabalho, no seu pleno ou turma, quanto a dispositivo de lei federal ou contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, posto que aponta para hipótese trazida pelo artigo 896, alínea ‘c’, da CLT: “Art. 896 - Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando: c) proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.”

A alternativa B está incorreta, posto que aponta para hipótese de procedimento sumaríssimo, trazida pelo artigo 896, § 9º, da CLT: “§ 9º Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.”

A alternativa C está incorreta, posto que aponta para hipótese trazida pelo artigo 896, alínea 'b', da CLT: “Art. 896 - Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando: b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea 'a';”

A alternativa D está correta. De acordo com artigo 896, § 2º, da CLT: “§ 2º Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.”

A alternativa E está incorreta, posto que aponta para hipótese trazida pelo artigo 896, alínea 'a', da CLT: “Art. 896 - Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando: a) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.”

QUESTÃO 61. A Política Nacional de Meio Ambiente tem, entre outros propósitos, o objetivo de

- a) exigir o licenciamento ambiental para controle de atividades efetivas potencialmente poluidoras.**
- b) orientar a elaboração do zoneamento ambiental.**
- c) constituir o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).**
- d) impor ao poluidor e ao predador a obrigação de recuperar e (ou) indenizar danos ambientais, e ao usuário, a contribuição por utilizar recursos ambientais com fins econômicos.**
- e) promover a avaliação dos impactos ambientais.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Conforme a art 4º, VII, da Lei n.º 6.938/81, a Política Nacional do Meio Ambiente visará à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Dessa forma, as alternativas A, B, C, E estão incorretas.

QUESTÃO 62. Determinada unidade de conservação da natureza admite certo grau de ocupação humana, é dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem os objetivos básicos de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Assinale a opção em que é apresentada corretamente a nomenclatura da unidade de conservação descrita anteriormente.

(A) reserva particular do patrimônio natural

(B) área de proteção ambiental (APA)

(C) refúgio de vida silvestre

(D) parque

(E) estação ecológica

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O art. 15 da Lei n.º 9.985/2000 estabelece que a Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A alternativa A encontra-se incorreta, pois A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica (art 21).

A alternativa C encontra-se incorreta, pois o Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários (art. 13)

A alternativa D encontra-se incorreta, pois o parque sequer é considerado Unidade de Conservação, mas sim, o Parque Nacional.

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Estação Ecológica;

II - Reserva Biológica;

III - Parque Nacional;

IV - Monumento Natural;

V - Refúgio de Vida Silvestre.

A alternativa E encontra-se incorreta, pois a Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Sendo proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico (Art. 9º).

QUESTÃO 63. Uma das diretrizes gerais do estudo do impacto ambiental (EIA) é

- a) contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto.**
- b) recuperar as áreas ambientais degradadas relacionadas ao projeto.**
- c) promover o levantamento de infrações ambientais cometidas na área do projeto.**
- d) proteger as áreas ameaçadas de degradação relacionadas ao projeto.**
- e) estabelecer critérios e padrões de qualidade ambiental a serem adotadas na área do projeto.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A Resolução 01/86 do Conama no seu art. 5º estabelece que o estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais: I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto.

Dessa forma, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 64. Considera-se que, no âmbito do licenciamento ambiental, determinado ato de órgão ambiental competente aprove, na fase preliminar do planejamento de um empreendimento, sua localização e concepção, atestando sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e as condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

O ato descrito na hipótese precedente é denominado

- a) autorização.**
- b) licença de operação.**
- c) licença prévia.**
- d) homologação.**
- e) licença de instalação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

De acordo com o art. 8º da Resolução Conamaº 237/97 a Licença Prévia (LP) é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

As demais licenças previstas são as licenças de instalação (letra E) e operação (letra B).

A Licença de Instalação (LI) autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

A Licença de Operação (LO) autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. Parágrafo único. As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

QUESTÃO 65. Entre as competências do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) está a de

(A) deliberar, sob a forma de resoluções, proposições, recomendações e moções, visando ao cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente.

(B) estabelecer normas complementares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação de Natureza (SNUC) a fim de regular a criação de unidades de conservação.

(C) autorizar o licenciamento ambiental de projetos que impactem diretamente unidades de conservação da natureza.

(D) manifestar-se sobre a redução da área de reserva legal dos imóveis rurais nos estados da Federação.

(E) deliberar sobre a adoção de medidas relacionadas a desastres ambientais pelos órgãos ambientais estaduais e municipais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O Art. 7º, VIII, do Decreto n.º 9.9274/90 estabelece que compete ao CONAMA deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

Dessa forma, as alternativas B, C, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 66. No contexto da política urbana brasileira, o plano diretor municipal

a) é o instrumento que deve prever a política de cobrança da taxa de limpeza urbana

b) deve ordenar a zona urbana municipal, uma vez que se aplicam as normas federais à zona rural municipal.

c) é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes e deve ser aprovado pela respectiva câmara municipal.

d) deve prever os imóveis urbanos passíveis de desapropriação para fins de implantação da infraestrutura urbana.

e) é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e deve ser revisto a cada vinte anos.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**. A questão trata sobre plano diretor municipal.

A alternativa A está incorreta. A taxa de limpeza urbana não é prevista no plano diretor, e sim em lei municipal específica.

A alternativa B está incorreta. O plano diretor engloba todo o território do município, conforme dispõe art. 40, § 2º, do Estatuto da Cidade: “§ 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.”

A alternativa C está correta. De acordo com art. 182, § 1º, da CF: “§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.”

A alternativa D está incorreta. Não há tal exigência. O artigo 42 do Estatuto da Cidade traz o conteúdo mínimo do plano diretor: “Art. 42. O plano diretor deverá conter no mínimo: I – a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º desta Lei; II – disposições requeridas pelos arts. 25, 28, 29, 32 e 35 desta Lei; III – sistema de acompanhamento e controle.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, a revisão se dará a cada 10 anos: “§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.”

QUESTÃO 67. No que se refere ao seu tratamento legal, o plano diretor é o instrumento que

a) contém mecanismo de aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de dez anos consecutivos.

b) é exigido, de forma obrigatória, na área de influência de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.

c) orienta as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, devendo os municípios que não tenham aprovado plano diretor elaborá-lo até junho de 2025.

d) define, no âmbito do direito de construir acima do coeficiente básico, os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerados a proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.

e) contém a listagem de áreas suscetíveis a deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, para fins de destinação de recursos e realização de políticas públicas.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**. A questão trata sobre o plano diretor municipal.

A alternativa A está incorreta. A majoração da alíquota se dará pelo prazo de cinco anos consecutivos, de acordo com art. 7º do Estatuto da Cidade: “Art. 7º Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do caput do art. 5º desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do art. 5º desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.”

A alternativa B está incorreta. O plano diretor é obrigatório para cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional, conforme art. 41, V, do Estatuto da Cidade: “Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades: V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.”

A alternativa C está incorreta. As regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas são instituídas pelos Estados, mediante lei complementar, de acordo com art. 3º do Estatuto da Metrópole: “Art. 3º Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.”

Ademais, o plano diretor é obrigatório para cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; no entanto, o Estatuto da Cidade não determina prazo máximo para tal instituição, conforme seu art. 41, II: “Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades: II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;”

A alternativa D está correta. De acordo com art. 28, caput e § 3º, do Estatuto da Cidade: “Art. 28. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário. (...) § 3º O plano diretor definirá os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.”

A alternativa E está incorreta. Tal listagem não é feita no plano diretor, mas sim em cadastro específico, o qual é instituído pelo Governo Federal, e tem caráter nacional. Veja o que determina artigo 3º-A, caput e §§ 1º e 2º, I, da Lei 12.340/2010: “Art. 3º-A. O Governo Federal instituirá cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, conforme regulamento. § 1º A inscrição no cadastro previsto no caput dar-se-á por iniciativa do Município ou mediante indicação dos demais entes federados, observados os critérios e procedimentos previstos em regulamento. § 2º Os Municípios incluídos no cadastro deverão: I - elaborar mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;”

QUESTÃO 68. Conforme o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.251/2001), após cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o município poderá

- a) autorizar que o proprietário do imóvel urbano exerça, em outro local, o seu direito de construir.**
- b) incluir o imóvel em área para aplicação de operações consorciadas.**
- c) exercer o direito de preempção.**
- d) incluir o imóvel em lei municipal que autoriza o usufruto do direito de superfície pelo poder público.**
- e) desapropriar o imóvel com pagamento em títulos da dívida pública.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**. A questão trata sobre a desapropriação com pagamento em títulos.

De acordo com artigo 8º do Estatuto da Cidade, após cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o município poderá desapropriar o imóvel com pagamento em títulos da dívida pública. Veja: “Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a

obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.”

As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 69. De acordo com o Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015), as regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas

a) são definidas por lei estadual a fim de permitir a realização de operações consorciadas urbanas.

b) devem estar previstas em lei complementar estadual e em lei dos municípios envolvidos.

c) são constituídas por agrupamento de municípios limítrofes, visando integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

d) só poderão ser formalizadas após a realização de plebiscito.

e) devem contar com prévio estudo de impacto ambiental (EIA) e prévio estudo de impacto de vizinhança (EIV).

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**. A questão trata sobre regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 34-A do Estatuto da Cidade: “Art. 34-A. Nas regiões metropolitanas ou nas aglomerações urbanas instituídas por lei complementar estadual, poderão ser realizadas operações urbanas consorciadas interfederativas, aprovadas por leis estaduais específicas.”

A alternativa B está incorreta. A lei não fala em previsão na legislação municipal. De acordo com art. 3º do Estatuto da metrópole: “Art. 3º Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.”

A alternativa C está correta. De acordo com art. 3º do Estatuto da metrópole: “Art. 3º Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.”

A alternativa D está incorreta. A lei não traz a realização de plebiscito como condição necessária para instituição de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas.

A alternativa E está incorreta. A lei não traz a realização de prévio estudo de impacto ambiental (EIA) e prévio estudo de impacto de vizinhança (EIV) como condição necessária para instituição de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas.

Em verdade, o Estatuto da Cidade menciona tais instrumentos, bem como o planejamento das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, como instrumentos da política urbana, de acordo com seu art. 4º, II e VI: “Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos: II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; VI – estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).”

QUESTÃO 70. Acerca do tombamento do patrimônio nacional, assinale a opção correta.

a) o tombamento pode ser aplicado a monumentos naturais, sítios e paisagens cuja conservação e proteção sejam relevantes em razão da feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

b) no caso de o proprietário não ter recursos para obras de conservação e reparação, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deverá promover a desapropriação da coisa tombada.

c) para o tombamento de uma obra, exige-se a conjugação concomitante dos requisitos de excepcional valor arqueológico, etnográfico e artístico, além da vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil.

d) excluem-se do tombamento as obras de origem estrangeira, exceto quando constituírem bens públicos de valor histórico pertencentes ao país estrangeiro.

e) prescinde-se de autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a colocação de anúncios ou cartazes na área de vizinhança de coisa tombada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com o art. 1º do Decreto-lei n.º 25/1933: Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Sendo, também, sujeitos ao tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (§ 2º).

A alternativa B está incorreta, pois o proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa (art. 19).

A alternativa C está incorreta, não há exigência de cumulação concomitante dos requisitos, pois conforme art. 1º do Decreto-lei n.º 25/1933: Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A alternativa D está incorreta, pois as obras de origem estrangeira são excluídas do patrimônio histórico e artístico nacional. Não há previsão legal para essa ressalva elencada na alternativa (Art. 3º).

A alternativa E está incorreta, pois é necessária a autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a colocação de anúncios ou cartazes na área de vizinhança de coisa tombada (art. 17).

QUESTÃO 71. No que se refere ao negócio jurídico de cessão de créditos que envolva o estabelecimento empresarial e seu regramento pelo Código Civil de 2002, assinale a opção correta.

a) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência pelo órgão oficial, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.

b) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzira efeito em relação aos respectivos devedores desde que individualmente notificados.

c) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência pelo órgão oficial, mas o devedor ficará exonerado se pagar ao cedente e comunicar o cessionário no prazo de 10 dias do pagamento.

d) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da averbação da transferência no órgão oficial, mas o devedor ficará exonerado se pagar ao cedente e comunicar o cessionário no prazo de 10 dias do pagamento.

e) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da celebração do instrumento de cessão, presumindo-se a boa-fé do devedor se pagar ao cedentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre cessão de créditos e estabelecimento empresarial.

A alternativa A está de acordo com o art. 1.149 do Código Civil: "*Art. 1.149. A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente*".

A alternativa B está incorreta, pois não consta do art. 1.149 do Código Civil a exigência de notificação dos devedores.

As alternativas C, D e E estão incorretas, pois estão em contrariedade ao art. 1.149 do Código Civil.

QUESTÃO 72. Com base na Lei n.º 9.279/1996, que versa sobre direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, julgue os itens a seguir.

I Ao titular da marca é assegurado o direito de impedir que comerciantes ou distribuidores utilizem sinais distintivos que lhes são próprios, juntamente com a marca do produto, para a sua promoção e comercialização.

II O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) possui legitimidade ativa para promover ação judicial de nulidade de patente de invenção.

III Havendo viabilidade econômica na fabricação do produto patenteado, a sua não exploração no território brasileiro por falta de fabricação é situação legal a ensejar licença compulsória.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, uma vez que apenas as alternativas II e III estão corretas. A questão trata sobre a Lei de Propriedade Industrial.

O item I está incorreto, nos termos do art. 132, I, da Lei n.º 9.279/1996: "Art. 132. O titular da marca não poderá: I - impedir que comerciantes ou distribuidores utilizem sinais distintivos que lhes são próprios, juntamente com a marca do produto, na sua promoção e comercialização;"

O item II está correto, nos termos do art. 56 e art. 57 da Lei n.º 9.279/1996: " Art. 56. A ação de nulidade poderá ser proposta a qualquer tempo da vigência da patente, pelo INPI ou por qualquer pessoa com legítimo interesse. § 1º A nulidade da patente poderá ser argüida, a qualquer tempo, como matéria de defesa. § 2º O juiz poderá, preventiva ou incidentalmente, determinar a suspensão dos efeitos da patente, atendidos os requisitos processuais próprios. Art. 57. A ação de nulidade de patente será ajuizada no foro da Justiça Federal e o INPI, quando não for autor, intervirá no feito".

O item III está correto, nos termos do art. 68, § 1º, I, da Lei n.º 9.279/1996: " Art. 68. O titular ficará sujeito a ter a patente licenciada compulsoriamente se exercer os direitos dela decorrentes de forma abusiva, ou por meio dela praticar abuso de poder econômico, comprovado nos termos da lei, por decisão administrativa ou judicial. § 1º Ensejam, igualmente, licença compulsória: I - a não exploração do objeto da patente no território brasileiro por falta de fabricação ou fabricação incompleta do produto, ou, ainda, a falta de uso integral do processo patenteado, ressalvados os casos de inviabilidade econômica, quando será admitida a importação; ou".

Assim, a única alternativa A correta é a letra D, de modo que estão incorretas as alternativas A, B, C e E.

QUESTÃO 73. No que se concerne responsabilidade dos sócios, a doutrina de direito empresarial classifica as sociedades em três diferentes categorias:

- (1) sociedades de responsabilidade ilimitada;
- (2) sociedades de responsabilidade limitada;
- (3) sociedades de responsabilidade mista.

Assinale a opção em que são apresentados, respectivamente, exemplos de tipos societários adequados à cada uma das categorias citadas no texto precedente.

- a) (1) sociedade anônima; (2) sociedade limitada; (3) sociedade em comandita simples.
- b) (1) sociedade em comandita por ações; (2) sociedade limitada; (3) sociedade em nome coletivo.
- c) (1) sociedade em comandita simples; (2) sociedade anônima; (3) sociedade em comandita por ações.
- d) (1) sociedade simples pura; (2) sociedade em nome coletivo; (3) sociedade em comum.

e) (1) sociedade em nome coletivo; (2) sociedade anônima; (3) sociedade em conta de participação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a classificação das sociedades.

A alternativa E está correta, pois a sociedade em nome coletivo é uma sociedade de responsabilidade ilimitada dos sócios. Já a sociedade anônima é uma sociedade de responsabilidade limitada dos sócios (à respectiva participação acionária). Por fim, a sociedade em conta de participação é mista, já que o sócio ostensivo possui responsabilidade ilimitada e o sócio participante possui responsabilidade limitada.

A alternativa A está incorreta. Logo de plano já é possível descartar a alternativa, pois na sociedade anônima a responsabilidade dos sócios é limitada à respectiva participação acionária.

A alternativa B está incorreta, pois na sociedade em nome coletivo a responsabilidade dos sócios é ilimitada e não há caráter misto da responsabilidade.

A alternativa C está incorreta, pois na sociedade em comandita por ações a responsabilidade dos sócios que figuram na firma ou razão social é ilimitada.

A alternativa D está incorreta, pois sociedade em nome coletivo é uma sociedade de responsabilidade ilimitada dos sócios e não limitada.

QUESTÃO 74. No que diz respeito às sociedades limitadas, assinale a opção correta com base no Código Civil.

a) O membro de órgão de administração de sociedade limitada controlada pode figurar, conjuntamente, como membro em órgão de conselho fiscal da sociedade limitada controladora.

b) A sociedade limitada exige pluralidade de pessoas.

c) Na omissão do contrato social, a sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, desde que sejam ouvidos demais titulares do capital social e que determinada fração não se oponha.

d) O direito de preferência dos sócios na participação do aumento do capital social pode ser cedido a outro sócio ou a terceiro.

e) A administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre as sociedades limitadas.

A alternativa D está de acordo com o art. 1.081, § 2º, do Código Civil: "Art. 1.081. Ressalvado o disposto em lei especial, integralizadas as quotas, pode ser o capital aumentado, com a correspondente modificação do contrato. [...] § 2º À cessão do direito de preferência, aplica-se o disposto no caput do art. 1.057".

A alternativa A está incorreta, pois tal hipótese não existe na legislação e não faz qualquer sentido lógico, eis que a mesma pessoa não pode exercer funções de administração e de fiscalização de si próprio.

A alternativa B está incorreta, pois é possível a sociedade unipessoal nos termos do art. 1.052, § 1º, do Código Civil: "Art. 1.052 [...] § 1º A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas".

A alternativa C está incorreta, pois não é necessária a oitiva dos demais sócios nos termos do art. 1.057 do Código Civil: " Art. 1.057. Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social".

A alternativa E está incorreta, pois está em contrariedade ao art. 1.060, parágrafo único, do Código Civil: "Art. 1.060 [...] Parágrafo único. A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade".

QUESTÃO 75. Determinado juízo em que tramita ação de execução fiscal decidiu, em favor da fazenda pública, pelo bloqueio e pela constrição de específicos bens de sociedade empresária em recuperação judicial. Com o deferimento da constrição, sem impugnação pela parte executada, o juízo da execução fiscal determinou a expedição de ofício ao juízo da recuperação judicial, solicitando que os bens fossem imediatamente liberados em favor da fazenda pública.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, com base na orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e nas disposições da Lei n.º 11.101/2005.

a) Caso a medida constritiva recaia sobre bens móveis, como veículos, e bens de capital essenciais, o juízo da recuperação judicial deverá dar imediato cumprimento ao ofício.

b) Não estará caracterizada a ocorrência de conflito de competência se o juízo da recuperação judicial deixar de substituir o bem constrito ou de propor forma alternativa de satisfação da execução fiscal, optando por requerer o levantamento da penhora, sem cogitar de medida substitutiva, desbordando dos contornos legais de sua competência.

c) O juízo da execução fiscal não poderia ter ordenado a constrição de bens da recuperanda sem antes ter diligenciado o juízo da recuperação judicial.

d) O juízo da recuperação judicial não poderá oficiosamente anular, desconsiderar ou suspender os atos de constrição determinados pelo juízo da execução fiscal, porque o regramento legal da questão exige dele postura proativa, cooperativa, que também contemple os interesses da fazenda pública, somente se opondo aos atos constritivos de forma fundamentada e razoável.

e) Deverá o juízo da recuperação judicial dar imediato cumprimento ao ofício, pois compete ao juízo da execução fiscal determinar os atos de constrição judicial sobre bens e direitos da sociedade em recuperação judicial e proceder à alienação ou ao levantamento de quantia penhorada, comunicando as medidas ao juízo da recuperação, como dever de cooperação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre recuperação judicial e créditos da fazenda pública.

A alternativa D está de acordo com entendimento do STJ: "O Juízo da Recuperação Judicial não pode anular ou simplesmente desconsiderar ou suspender os atos de constrição determinados pelo Juízo da Execução Fiscal, porque o novo regramento da questão exige dele postura proativa, cooperativa, que também contemple os interesses da Fazenda Pública, somente se opondo aos

atos constitutivos de forma fundamentada e razoável". (CC n.º 187.255/GO, 2ª Seção, Relator Ministro Raul Araújo, julgado em 14/12/2022, informativo nº 762).

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, pois não estão de acordo com o entendimento do STJ, mencionado.

QUESTÃO 76. A Constituição Federal de 1988 prevê que o regramento do direito financeiro se faça por meio de lei complementar, restando algumas matérias para a lei ordinária. Conforme o texto constitucional, a lei ordinária pode dispor sobre

- a) a instituição de fundos de qualquer natureza.
- b) a elaboração e a organização da lei orçamentária anual.
- c) o exercício financeiro.
- d) a vigência do plano plurianual.
- e) os prazos da lei de diretrizes orçamentárias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O art. 167, IX, da CF/88 estabelece que é vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa, sendo essa autorização realizada através de lei ordinária.

A alternativa B está incorreta, pois compete à lei complementar a elaboração e a organização da lei orçamentária anual, conforme disposto no art. 165, § 9º, I, da CF/88.

A alternativa C está incorreta, pois compete à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, conforme disposto no art. 165, § 9º, I, da CF/88.

A alternativa D está incorreta, pois compete à lei complementar dispor sobre a vigência do plano plurianual (art. 165, § 9º, I, da CF/88).

A alternativa E está incorreta, pois compete à lei complementar dispor sobre os prazos da lei de diretrizes orçamentárias. (art. 165, § 9º, I, da CF/88).

QUESTÃO 77. Ao elaborar a lei orçamentária, nela devem estar presentes todas as receitas. Determinados ingressos, todavia, não são considerados como receita para efeitos orçamentários, como é o caso de

- a) operações de créditos por antecipação de receita.
- b) venda de patrimônio permanente.
- c) juros de empréstimos concedidos.
- d) aluguel de imóveis.
- e) outorga de concessões.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. As Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) são consideradas receitas extraorçamentárias, pois não representam novas receitas ao orçamento, conforme o art. 3º da Lei n.º 4.320, de 1964: "Art. 3º A Lei de Orçamento compreenderá tôdas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Parágrafo único. Não se

consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.”

QUESTÃO 78. Com vistas a permitir que o credor de precatórios receba seu valor antes do momento constitucionalmente determinado, a Constituição Federal de 1988 permite que o credor de precatório federal se utilize do seu crédito para

- a) pagar tributos vencidos, mas não inscritos em dívida ativa.
- b) comprar móveis públicos de propriedade da União, desde que disponibilizados para venda.
- c) quitar débitos inscritos em dívida ativa do ente federativo da União.
- d) pagar tributos estaduais parcelados.
- e) pagar antecipadamente tributos, em promoções de antecipação de receitas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A CF/88 confere, ao credor, uma faculdade, conforme estabelecido em lei do ente federativo devedor, com auto aplicabilidade para a União, para ofertar créditos líquidos e certos que originalmente lhe são próprios ou adquiridos de terceiros reconhecidos pelo ente federativo ou por decisão judicial transitada em julgado para quitação de débitos parcelados ou débitos inscritos em dívida ativa do ente federativo devedor, inclusive em transação resolutive de litígio, e, subsidiariamente, débitos com a administração autárquica e fundacional do mesmo ente (art. 110, § 11, da CF/88).

Dessa forma, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 79. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101/2000 -, é condição para ser objeto de transferência voluntária, da União para os estados, que a transferência não seja destinada ao

- a) Sistema Rodoviário Estadual.
- b) Sistema Público de Educação.
- c) Sistema Único de Saúde.
- d) Sistema Penitenciário Nacional.
- e) Sistema de Segurança Pública Estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Conforme Lei de Responsabilidade Fiscal, é condição para ser objeto de transferência voluntária, da União para os estados, que a transferência não seja destinada ao Sistema Único de Saúde. O fundamento encontra-se no art. 25: “Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.”

QUESTÃO 80. Para que um crédito que a fazenda pública detenha seja registrado como dívida ativa, é condição indispensável que

- a) tenha sido proposto previamente o parcelamento ao devedor.
- b) tenha natureza tributária.
- c) tenha sido apurada sua liquidez e certeza.
- d) tenha vencido no ano anterior.
- e) sua receita seja escriturada com natureza de sua origem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. É necessário apurar a liquidez e certeza do crédito que pode ou não ter natureza tributária.

Art. 39 da Lei n.º 4.320/64: “Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

§ 1º - Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título.”

Dessa forma, as alternativas A, B, D, E estão incorretas.

QUESTÃO 81. Conforme o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o termo inicial para a implementação da aposentadoria por invalidez concedida judicialmente será

- a) a data da resposta do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ao requerimento administrativo que teve por objeto a concessão do referido benefício, sendo esse requerimento obrigatório para tal fim.
- b) a data da citação válida, se ausente requerimento administrativo ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- c) a data definida em laudo pericial como início da incapacidade e da insuscetibilidade de reabilitação para o exercício de atividade que garanta ao trabalhador a sua subsistência.
- d) o dia imediato ao da cessação do auxílio-doença.
- e) a data do protocolo da ação previdenciária cujo objeto seja a concessão do referido benefício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda sobre o termo inicial para a implementação da aposentadoria por invalidez quando concedida judicialmente.

A alternativa correta é a letra B. Conforme a Súmula 576 do STJ, ausente requerimento administrativo no INSS, o termo inicial para a implantação da aposentadoria por invalidez concedida judicialmente será a data da citação válida.

As **demais alternativas** estão incorretas, conforme comentário da alternativa B.

QUESTÃO 82. De acordo como a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela

- a) mais favorável ao INSS.
- b) vigente na data do óbito do segurado.
- c) vigente na data do requerimento desse benefício ao INSS.
- d) vigente na data da decisão do requerimento administrativo proferida pelo INSS.
- e) mais favorável ao beneficiário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Em sede de benefícios previdenciários, sua concessão rege-se pelas normas vigentes ao tempo do fato gerador. Em observância ao Princípio Tempus Regit Actum, aplica-se a lei vigente à época em que forem preenchidas as condições necessárias para a concessão do benefício.

A alternativa B está correta. Conforme a Súmula 340 do STJ, a lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 83. Em janeiro de 2022, Paulo sofreu acidente doméstico que resultou em seu afastamento da atividade laboral por três meses. Recuperado das lesões sofridas, em perícia realizada pelo INSS, foi identificada sequela definitiva com redução da capacidade para o trabalho que ele habitualmente exercia. Assim, passou a receber o auxílio-acidente. Em novembro de 2023, preenchidos os requisitos legais, Paulo poderá requerer a aposentadoria por idade.

Considerando a situação apresentada, as previsões legais e o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

- a) Não é possível a acumulação do auxílio-acidente com a aposentadoria por idade, visto que a lei apenas autoriza a acumulação do auxílio com a aposentadoria por invalidez.
- b) A acumulação de auxílio-acidente com a aposentadoria seria possível se a lesão incapacitante e a aposentadoria fossem anteriores ao dia 11 de novembro de 1997.
- c) Paulo não deveria ter recebido auxílio-acidente, tendo em vista que este decorre necessariamente de acidente de trabalho.
- d) Para fins de apuração do salário de benefício da aposentadoria a ser recebida por Paulo, o valor mensal do auxílio-acidente será somado ao salário de contribuição, podendo, neste caso, o total apurado ser superior ao limite máximo do salário de contribuição.
- e) Paulo vinha recebendo, mensalmente, a título de auxílio-acidente, 91% do salário de benefício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Conforme o entendimento da Súmula 507 do STJ, a acumulação de auxílio-acidente com aposentadoria pressupõe que a lesão incapacitante e a aposentadoria sejam anteriores a

11/11/1997, observado o critério do art. 23 da Lei n. 8.213/1991 para definição do momento da lesão nos casos de doença profissional ou do trabalho.

A alternativa B está correta. Paulo poderia acumular os benefícios se a lesão incapacitante e a aposentadoria fossem anteriores ao dia 11 de novembro de 1997.

Isso porque a depois da alteração imposta pela Lei 9.528/1997 ao art. 86 da Lei de Benefícios, vedou o recebimento conjunto do mencionado benefício com aposentadoria.

QUESTÃO 84. Para fins previdenciários, o décimo terceiro salário, ou gratificação natalina,

a) não integra o salário de contribuição nem o cálculo do salário de benefício, sendo devida a contribuição previdenciária sobre o seu valor.

b) não integra o salário de contribuição, mas compõe o cálculo do salário de benefício, sendo devida a contribuição previdenciária sobre o seu valor.

c) integra o salário de contribuição, bem como o cálculo salário de benefício, sendo devida a contribuição previdenciária sobre o seu valor.

d) não integra o salário de contribuição, tampouco o cálculo do salário de benefício, não sendo devida, por esse motivo, a contribuição previdenciária sobre o seu valor.

e) integra o salário de contribuição, exceto para o cálculo do salário de benefício, sendo devida a contribuição previdenciária sobre o seu valor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda sobre o salário de contribuição e requer do candidato o conhecimento do art. 37, §7º da Lei 8.212/91.

A alternativa E está correta. Conforme o art. 37, §7º prevê, entende-se por salário-de-contribuição o décimo-terceiro salário (gratificação natalina) integra o salário-de-contribuição, exceto para o cálculo de benefício, na forma estabelecida em regulamento.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa E.

QUESTÃO 85. João é prestador de serviços e trabalha de forma eventual na cidade de Aracaju realizando pequenos reparos, reformas e pequenas construções imobiliárias. Entende que, como não trabalha com “carteira assinada”, não tem qualquer obrigação de fazer a sua inscrição junto ao INSS ou de realizar contribuições previdenciárias.

Acerca da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

a) a filiação à previdência social estará configurada a partir da inscrição de João, momento em que ele tornará segurado obrigatório.

b) Juridicamente, João é um segurado obrigatório contribuinte individual e, nesta condição, deverá realizar sua inscrição no sistema previdenciário e recolher as contribuições devidas.

c) A situação descrita enquadra João na categoria de segurado facultativo e, portanto, dispensado de contribuir para a previdência social.

d) João deverá se inscrever no sistema previdenciário como segurado obrigatório na modalidade trabalhador avulso, devendo, portanto, realizar as contribuições previdenciárias pretéritas obrigatoriamente.

e) Em razão da eventualidade do trabalho realizado, não há a possibilidade de João se inscrever no sistema previdenciário, nem mesmo como segurado facultativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A filiação de João se deu com o início da atividade remunerada. O período que ainda não era inscrito ao RGPS poderá ser feito com a indenização da Previdência Social por este período.

A alternativa B está correta. João tem o dever de fazer a inscrição e recolher suas devidas contribuições, assim prevê o art. 20 do Decreto 3.048: filiação é o vínculo que se estabelece entre pessoas que contribuem para a previdência social e esta, do qual decorrem direitos e obrigações.

A alternativa C está incorreta. João exerce atividade remunerada, sendo um segurado obrigatório.

A alternativa D está incorreta. João é contribuinte individual e não possui a obrigatoriedade de recolher as parcelas pretéritas, pois ele poderá requerer reconhecer a filiação e indenizar o período que ainda não era filiado.

A alternativa E está incorreta. Não se aplica, pois João é segurado obrigatório.

QUESTÃO 86. A Constituição Federal de 1988, no §12 do seu art. 201, estabeleceu que uma lei viria a instituir sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que dedicassem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda. Esse comando constitucional foi regulamentado pela Lei n.º 12.470/2011.

As disposições constitucionais e legais mencionadas no texto precedente relacionam-se mais estreitamente com o princípio constitucional

a) da universalidade da cobertura e do atendimento.

b) do caráter democrático e descentralizado da administração mediante gestão quadripartite.

c) da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

d) da diversidade da base de financiamento.

e) da irredutibilidade do valor dos benefícios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta.

Conforme a Constituição da República de 1998 em seu art. 194 prevê que: a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento.

Pois planeja tirar as pessoas da informalidade e torná-las seguradas pela Previdência Social.

As demais alternativas estão incorretas conforme comentário da alternativa A.

QUESTÃO 87. Nos termos da Lei n.º 8.212/1991, o salário de contribuição é,

- a) para o segurado facultativo, o valor por ele declarado, não havendo limites.
- b) para o contribuinte individual, a maior remuneração auferida em uma das empresas para as quais o trabalhador realizou serviços durante o mês, observando o limite máximo legal.
- c) para o empregado, a remuneração auferida em uma ou mais empresas, isto é, exclusivamente a totalidade dos rendimentos efetivamente pagos, a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma.
- d) para o trabalhador avulso, a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, excluídas as gorjetas.
- e) para o empregado doméstico a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observados os limites mínimos e máximo legalmente previstos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Existe um limite mínimo e máximo a serem observados.

A alternativa B está incorreta. Trata-se da remuneração auferida em uma ou mais empresa, durante o mês, respeitando o limite máximo.

Alternativa C está incorreta. Pagos, devidos ou creditado a qualquer título, conforme prevê o art. 28, I da Lei 8.212/91: Entende-se por salário-de-contribuição:(...) para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma (...).

A alternativa D está incorreta. As gorjetas estão incluídas no salário de contribuição, conforme prevê o art. 28, I.

A alternativa E está correta. Conforme prevê o Art. 28, II da Lei 8.212/91: II - para o empregado doméstico: a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as normas a serem estabelecidas em regulamento para comprovação do vínculo empregatício e do valor da remuneração.

QUESTÃO 88. A Lei Complementar Estadual nº 113/2005 disciplina o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Sergipe (RPPS/SE) e estabelece o rol de dependentes dos segurados que podem ser seus beneficiários de forma diversa do estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Assinale a opção que apresenta corretamente dependente(s) beneficiário(s) do RPPS/SE que também é(são) previsto(s) como beneficiário(s) no RGPS.

- a) pais do segurado, desde que dependam economicamente deste.
- b) pessoa designada, menor de 21 anos, maior de 60 anos ou inválida.
- c) cônjuge, companheira, companheiro e filho ou equiparado, não emancipado, necessariamente menor de 18 anos de idade.
- d) filho ou equiparado, definitivamente inválido para o trabalho ou incapaz, se solteiro e sem renda.

e) filho ou equiparado, menor de 21 anos de idade, sem rendimentos, desde que esteja comprovadamente cursando ensino superior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O regime próprio do estado de Sergipe traz como dependentes não é a lista certinha do regime geral. Ele tem para filho outro limite, podendo até estender a idade do filho se ele tiver cursando ensino superior. Então, não é igual. A questão exige que o candidato aponte o segurado previsto tanto no regime próprio de Sergipe quanto no geral.

Conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar Estadual n. 113/2005: Art. 12. Consideram-se dependentes dos segurados, qualificados como beneficiários do RPPS/SE, exclusivamente, os seguintes: I - cônjuge, companheira, companheiro e filho, ou equiparado, não emancipado, menor de 18 (dezoito) anos; II – filho, ou equiparado, até 21 (vinte e um) anos de idade, se aluno do ensino superior, e sem rendimentos; III - filho, ou equiparado, definitivamente inválido para o trabalho ou incapaz, se solteiro e sem renda; IV - pais, desde que dependam econômica e financeiramente do segurado; V - irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos, ou definitivamente inválido para o trabalho, desde que dependa econômica e financeiramente do segurado.

Por sua vez, a lei 8.213/ que trata do Regime Geral de Previdência Social elenca os beneficiários na condição de dependentes do segurado no artigo 16: Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado: I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; II - os pais; III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

Assim, passemos à análise das alternativas.

A alternativa A está correta. Os pais do segurado, desde que dependam economicamente, estão previstos tanto no RPPS de Sergipe quanto no RGPS.

A alternativa B está incorreta, pois não previsão de pessoa designada nem no RPPS/Sergipe nem no RGPS.

A alternativa C está incorreta pois no RGPS o filho deve ser menor de 21 anos.

A alternativa D está incorreta, uma vez que o inválido não está previsto em ambos os regimes.

A alternativa E está incorreta, pois não se aplica para o RGPS.

QUESTÃO 89. Conforme a Lei Complementar Estadual nº 113/2005, o cônjuge separado de fato, o ex-cônjuge ou o ex-companheiro que recebe pensão de alimentos na data de falecimento do segurado

a) concorre à pensão por morte com os eventuais filhos ou equiparados dependentes do segurado, bem como com o companheiro ou cônjuge do falecido, se houver, até o limite do percentual da pensão de alimentos e observados os limites temporais aplicáveis ao caso.

b) não concorre à pensão por morte com os demais dependentes do segurado, até o limite do percentual da pensão de alimentos e observados os limites temporais aplicáveis ao caso.

c) não concorre com os demais dependentes à percepção da pensão por morte, encerrando-se a pensão alimentícia na data do falecimento do assegurado.

d) concorre à pensão por morte com os eventuais filhos ou equiparados dependentes do segurado, bem como com o companheiro ou cônjuge do falecido, se houver, até o limite do percentual da pensão de alimentos, recebendo o benefício de forma vitalícia.

e) concorre à pensão por morte com os eventuais filhos ou equiparados dependentes do segurado, bem como com o companheiro ou cônjuge do falecido, se houver, em cotas iguais com os dependentes beneficiários e observados os limites temporais aplicáveis ao caso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Esses beneficiários que têm direito a prestação alimentícia vão também ser dependentes, e vão ficar lá naquela classe junto com o cônjuge, filhos e ex-cônjuges com pensão alimentícia.

Conforme prevê o artigo 53 da Lei Complementar Estadual n. 113/2005, o ex-cônjuge que recebe pensão alimentícia é segurado para fins de pensão por morte: Art. 53. O cônjuge separado de fato ou o ex-cônjuge, divorciado ou separado, que recebia pensão de alimentos na data de falecimento do segurado, concorre com os dependentes referidos nos incisos I, II e III do “caput” do art. 12 desta Lei Complementar, até o limite do percentual da pensão de alimentos.

§ 1º Na hipótese de que trata o “caput” deste artigo, o valor da cota devida ao cônjuge separado de fato ou ao ex-cônjuge será fixada mediante a aplicação do percentual definido para a pensão alimentícia sobre a integralidade do benefício previdenciário.

§ 2º Caso o segurado não possua dependentes, os proventos a serem deferidos ao cônjuge separado de fato ou o ex-cônjuge, divorciado ou separado, fica limitado ao valor da pensão de alimentos que recebia na data do óbito do servidor

Nesse passo, o RPPS/SE é bem claro no sentido de que o benefício vai até o limite do percentual da pensão alimentícia.

A letra A está incorreta, pois não há limite temporal aplicável à pensão por morte do ex-cônjuge que recebe pensão alimentícia.

As letras B e C estão incorretas pois o ex-cônjuge que recebe pensão alimentícia é segurado para fins de pensão por morte.

A letra D está correta, uma vez que, no RGPS há diferença de duração da pensão. Entretanto, na Lei Complementar Estadual n. 113/2005 não há prazo de duração diferenciada para o ex-cônjuge que recebe pensão alimentícia.

A letra E está incorreta, haja vista que o ex-cônjuge que recebe pensão alimentícia receberá pensão por morte fixada mediante a aplicação do percentual definido para a pensão alimentícia sobre a integralidade do benefício previdenciário.

QUESTÃO 90. A Lei Complementar Estadual nº 113/2005 disciplina a restituição de importância recebida indevidamente por segurado ou beneficiário do RPPS/SE. Acerca dessa previsão, assinale a opção correta.

a) A reposição de valores indevidamente recebidos, decorrente de erro do órgão ou entidade responsável pela concessão do benefício, deve ser feita imediatamente e de forma atualizada.

b) A restituição de importância recebida indevidamente por segurado ou beneficiário do RPPS/SE, nos casos comprovados de dolo, fraude ou má-fé, deve ser feita de uma só vez, devidamente atualizada.

c) A importância recebida indevidamente por segurado ou beneficiário do RPPS/SE decorrente de erro do órgão ou entidade responsável pela concessão do benefício não obriga a restituição.

d) A reposição de valores indevidamente recebidos, decorrente do erro do órgão ou entidade responsável pela concessão do benefício, deve ser feita em parcelas não excedentes de 20% da totalidade dos benefícios.

e) A restituição de importância recebida indevidamente por segurado ou beneficiário do RPPS/SE, nos casos comprovados de dolo, fraude ou má-fé, deve ser feita em parcelas não excedentes de 20% da totalidade dos benefícios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A disciplina acerca da restituição recebida indevidamente está prevista no artigo 84 da Lei Complementar Estadual n. 113/2005. O regime de restituição variará conforme seja constatada ou não a ocorrência de erro da Administração ou dolo, fraude ou má-fé do beneficiário.

Comprovados o dolo, fraude ou má-fé, a restituição de importância recebida indevidamente por segurado ou beneficiário do RPPS/SE deve ser feita de uma só vez, devidamente atualizada.

A reposição de valores indevidamente recebidos, decorrente de erro do órgão ou entidade responsável pela concessão do benefício, deve ser feita em parcelas não excedentes de 25% (vinte e cinco por cento) da totalidade dos benefícios.

Nestes termos, dispõe o aludido dispositivo que: Art. 84. As consignações referentes às contribuições devidas pelo segurado ao RPPS/SE são de natureza compulsória. § 1º. A restituição de importância recebida indevidamente por segurado ou beneficiário do RPPS/SE, nos casos comprovados de dolo, fraude ou má-fé, deve ser feita de uma só vez, devidamente atualizada, independentemente da aplicação de quaisquer penalidades previstas em lei. § 2º. A reposição de valores indevidamente recebidos, decorrente de erro do órgão ou entidade responsável pela concessão do benefício, deve ser feita em parcelas não excedentes de 25% (vinte e cinco por cento) da totalidade dos benefícios.

Passemos, então, à análise das alternativas apresentadas.

A alternativa A está incorreta, pois, quando o pagamento indevido se dá por erro da Administração Pública, não precisa devolver imediatamente tudo. Pode devolver em parcelas desde que não supere 25% da remuneração do servidor.

A alternativa B está correta. Em caso de dolo, fraude e má-fé não cabe o parcelamento.

A alternativa C está incorreta. É devida a restituição, embora seja admitido parcelamento.

A alternativa D está incorreta. Haverá a restituição não excedente a 25% da totalidade dos benefícios.

A alternativa E está incorreta. Em caso de dolo, fraude ou má-fé a reposição é imediata, devidamente atualizada.

QUESTÃO 91. A respeito das imunidades tributárias, assinale a opção correta com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

a) A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos geradores ocorridos antes da sucessão.

b) Os bens imóveis de propriedade das instituições de educação e de assistência social, quando temporariamente ociosos, não são contemplados pela imunidade tributária, ainda que tais entidades não sejam dotadas de fins lucrativos.

c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se ao ente beneficiário quando este figura como contribuinte de direito, e não contribuinte de fato, sendo irrelevante investigar se o tributo repercute economicamente, ou não.

d) As ações assistenciais exercidas por entidades religiosas são compatíveis com o modelo constitucional brasileiro de assistência social, razão por que se incluem no âmbito da imunidade tributária, ainda que tais ações sejam restritas aos membros da organização religiosa ou àqueles que concordarem em aderir a seus preceitos.

e) A imunidade tributária cultural, destinada a livros, jornais e periódicos, não alcança o livro eletrônico - e-book -, nem os suportes utilizados para fixá-lo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A letra A está incorreta. O STF já disciplinou o tema na Tese nº 224, Leading Case: RE 599176, que assim determina: “Tese: A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.”

A letra B está incorreta. O STF já disciplinou o tema na Tese nº 693, que assim determina: “A imunidade tributária prevista no art. 150, VI, c, da CF/88 aplica-se aos bens imóveis, temporariamente ociosos, de propriedade das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos que atendam os requisitos legais. [Tese definida no RE 767.332 RG, rel. min. Gilmar Mendes, P, j. 31-10-2013, DJE 230 de 22-11-2013, Tema 693.]”.

A letra C está correta. Nos termos da jurisprudência do STF: “ Há muito tem prevalecido no Supremo Tribunal Federal o entendimento de que a imunidade tributária subjetiva se aplica a seus beneficiários na posição de contribuintes de direito, mas não na de simples contribuintes de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a discussão acerca da repercussão econômica do tributo envolvido.” (RECURSO EXTRAORDINÁRIO 608.872 MINAS GERAIS)

A letra D está incorreta. Conforme explicou o Min. Barroso: “(...) Assim sendo, desde que não haja discriminação entre os assistidos ou coação para que passem a aderir aos preceitos religiosos em troca de terem suas necessidades atendidas, essas instituições se enquadram no art. 203 da Constituição.” (STF. Plenário. RE 630790/SP, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 18/3/2022 (Repercussão Geral – Tema 336) (Info 1047).)

A letra E está incorreta. Dita a Súmula Vinculante nº 57 “A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), ainda que possuam funcionalidades acessórias.”.

QUESTÃO 92. Em relação ao imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens e direitos (ITCMD), assinale a opção correta, consideradas a CF e a jurisprudência do STF.

a) A competência para instituir e cobrar o ITCMD, considerados os bens imóveis, é do estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou naquele em que o doador tiver domicílio.

b) O texto constitucional prevê mais de uma hipótese de imunidade tributária relativa ao ITCMD, sendo uma delas a não incidência do imposto sobre as doações destinadas às instituições federais de ensino.

c) Os estados podem fazer o uso da competência legislativa plena para disciplinar a cobrança do ITCMD, nas hipóteses em que o doador tiver domicílio ou residência no exterior, enquanto não editada a legislação nacional atinente às normas gerais.

d) Os estados, após deliberação em convênio, definirão as alíquotas máximas para a cobrança do ITCMD.

e) No caso de doação de bens móveis, a competência para exigir a ITCMD é do estado da situação do bem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A letra A está incorreta. Constituição: “Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I – transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; (...) § 1º O imposto previsto no inciso I: I – relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;”

A letra B está correta. Constituição: “Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I – transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; (...) § 1º O imposto previsto no inciso I: V - não incidirá sobre as doações destinadas, no âmbito do Poder Executivo da União, a projetos socioambientais ou destinados a mitigar os efeitos das mudanças climáticas e às instituições federais de ensino.

A letra C está incorreta. . O STF já disciplinou o tema na Tese nº 825, que assim determina: “É vedado aos estados e ao Distrito Federal instituir o ITCMD nas hipóteses referidas no art. 155, § 1º, III, da Constituição Federal sem a intervenção da lei complementar exigida pelo referido dispositivo constitucional.”

A letra D está incorreta. Constituição: “Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I – transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; (...) § 1º O imposto previsto no inciso I: IV - terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal;

A letra E está incorreta. Constituição: “Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I – transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; (...) § 1º O imposto previsto no inciso I: II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;”

QUESTÃO 93. Assinale a opção em que é indicado imposto cuja disciplina está ausente do Código Tributário Nacional (CTN).

a) imposto sobre a importação (II)

b) imposto sobre a propriedade de veículo automotor (IPVA)

- c) imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR)
- d) Imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI)
- e) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU)

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A letra A está incorreta. Art. 19 e seguintes do CTN.

A letra B está correta. Não encontra previsão.

A letra C está incorreta. Art. 43 e seguintes do CTN.

A letra D está incorreta. Art. 35 e seguintes do CTN.

A letra E está incorreta. Art. 32 e seguintes do CTN.

QUESTÃO 94. Considerando a disciplina constitucional atinente à substituição tributária na cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), assinale a opção correta, com base na jurisprudência dos tribunais superiores.

a) É possível aos estados disciplinar, mediante lei ordinária, a antecipação do critério temporal da hipótese de incidência tributária do ICMS, presumindo-se a ocorrência do fato gerador, desde que a previsão legal não imponha sistemática de substituição tributária, para a qual é exigida lei complementar.

b) É possível aos estados disciplinar, mediante decreto do Poder Executivo, a antecipação do critério temporal da hipótese de incidência tributária do ICMS, presumindo-se a ocorrência do fato gerador, desde que a previsão legal não imponha sistemática de substituição tributária, para a qual se exige lei complementar.

c) É possível aos estados disciplinar, mediante decreto do Poder Executivo, a antecipação do critério temporal da hipótese de incidência tributária do ICMS, presumindo-se a ocorrência do fato gerador, desde que a previsão legal não imponha sistemática de substituição tributária, para a qual é exigida lei ordinária.

d) É vedado aos estados disciplinar, mediante lei ordinária, a antecipação do critério temporal da hipótese de incidência tributária do ICMS, presumindo-se a ocorrência do fato gerador, pois tal antecipação deve ser disciplinada por lei complementar.

e) É possível aos estados disciplinar, mediante lei ordinária, a antecipação do critério temporal da hipótese de incidência tributária do ICMS, presumindo-se a ocorrência do fato gerador, podendo a previsão legal veicular sistemática de substituição tributária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A letra A está correta. Já decidiu o STF: "A par disso, como, no regime de antecipação tributária sem substituição, o que se antecipa é o momento (critério temporal) da hipótese de incidência, entendo que as únicas exigências do art. 150, § 7º, da Constituição são as de que a antecipação se faça ex lege e o momento eleito pelo legislador esteja de algum modo vinculado ao núcleo da exigência tributária. A cobrança antecipada do ICMS constitui simples recolhimento cautelar enquanto não há o negócio jurídico da circulação sobre o qual a regra jurídica, quanto ao imposto,

incide. Apenas a antecipação tributária com substituição é que está submetida à reserva de lei complementar, por determinação expressa do art. 155, § 2º, inciso XII, alínea b, da Constituição. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é tranquila no sentido de que o regime de antecipação tributária sem substituição não está sujeito à disciplina de lei complementar" (STF - RE: 598677 RS, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 29/03/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 05/05/2021)

As letras B, C, D e E estão incorretas. Nos termos do julgado anteriormente apresentado.

QUESTÃO 95. Consideradas a interpretação e a integração da legislação tributária, é correto afirmar que, ausente disposição expressa, a administração tributária deverá utilizar, sucessivamente, nesta ordem, os seguintes expedientes:

- a) princípios gerais de direito tributário, princípios gerais de direito público e analogia.
- b) analogia, princípios gerais de direito tributário, princípios gerais de direito público e equidade.
- c) equidade, princípios gerais de direito tributário, princípios gerais de direito público e analogia.
- d) analogia, equidade, princípios gerais de direito tributário e princípios gerais de direito público.
- e) equidade, princípios gerais de direito público, princípios gerais de direito tributário e analogia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A letra A está incorreta. Vide letra B

A letra B está correta. Dispõe o CTN: Art. 108. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: I - a analogia; II - os princípios gerais de direito tributário; III - os princípios gerais de direito público; IV - a equidade.

A letra C está incorreta. Vide letra B

A letra D está incorreta. Vide letra B

A letra E está incorreta. Vide letra B

QUESTÃO 96. A Assembleia Legislativa do Estado X editou lei com as seguintes previsões:

I prescrição decenal dos créditos de ICMS;

II definição dos contribuintes e das bases de cálculo do IPVA;

III isenção tributária de ITCMD para determinados contribuintes.

Em face dessa situação hipotética, é correto afirmar, no que diz respeito à disciplina constitucional do sistema tributário, que

- a) apenas a previsão legal mencionada em I é compatível com o que dispõe a CF.
- b) são compatíveis com o disposto na CF as previsões legais mencionadas em I e II.

- c) apenas a previsão legal mencionada em II é compatível com o que dispõe a CF.
- d) apenas a previsão legal mencionada em III é compatível com o disposto na CF.
- e) todas as previsões legais são compatíveis com o que dispõe a CF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A assertiva I está incorreta. CTN: “Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;” e “Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.”

A assertiva II está correta. Não existe óbice para a previsão legal dos temas em lei estadual, especialmente quando o próprio CTN não disciplina o tributo.

A assertiva III está incorreta. A Constituição determina que a lei deve ser específica: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: § 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.”

QUESTÃO 97. Com base no disposto na CF e na Lei Complementar n.º 87/1996, em atenção à jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito do ICMS.

- a) O ICMS incide sobre as prestações onerosas dos serviços de telecomunicação, contemplando as operações preparatórias daquele serviço - habilitação, instalação e assinatura.
- b) O ICMS não incide sobre bens importados do exterior por pessoas físicas, quando destinados ao uso próprio.
- c) As operações que destinem petróleo a outros estados, assim como as operações de arrendamento mercantil são hipóteses de imunidade tributária atinentes ao ICMS.
- d) O ICMS não incidirá sobre o licenciamento de programas de computador - softwares -, sejam eles padronizados ou elaborados por encomenda.
- e) No âmbito dos serviços de telecomunicação, a inadimplência do consumidor final obsta a ocorrência do fato gerador do ICMS, razão por que não se pode cobrar o tributo sobre prestação de serviço de comunicação em relação à qual tenha havido inadimplência total do usuário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A letra A está incorreta. Súmula 350 do STJ: “DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS O ICMS não incide sobre o serviço de habilitação de telefone celular.”

A letra B está incorreta. Súmula 155. “O ICMS incide na importação de aeronave, por pessoa física, para uso próprio”. E Súmula 198. “Na importação de veículo por pessoa física, destinado a uso próprio, incide ICMS”

A letra C está incorreta. As hipóteses estão previstas no seguinte dispositivo da Constituição: "Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; X - não incidirá: a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica; c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º; d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;"

A letra D está correta. "As operações relativas ao licenciamento ou cessão do direito de uso de "software", padronizado ou elaborado por encomenda, são tributáveis pelo ISS, e não pelo ICMS. STF. Plenário. ADI 5576/SP, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 2/8/2021 (Info 1024)."

A letra E está incorreta. Há incidência do ICMS, conforme já decidido: "1. Recurso Extraordinário em que se debate a possibilidade de compensação do ICMS recolhido sobre prestações de serviço de telecomunicação, cujos valores não foram vertidos à empresa prestadora (contribuinte de direito) em razão da inadimplência do usuário (contribuinte de fato). 2. Relativamente aos encargos tributários suportados pelas empresas em face da inadimplência do consumidor final, esta SUPREMA CORTE já fixou tese, sob a sistemática da repercussão geral, no julgamento do RE 586.482-RG (Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tema 87), no sentido de que: As vendas inadimplidas não podem ser excluídas da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, visto que integram a receita da pessoa jurídica . . 3. Embora o precedente verse sobre tributo distinto (PIS/COFINS) com base de cálculo diversa (receita bruta das empresas), o raciocínio desenvolvido por esta SUPREMA CORTE no referido julgado, no sentido de que as vendas inadimplidas não podem ser excluídas da base de cálculo do tributo , aplica-se igualmente ao presente caso, tendo em vista que a inadimplência do consumidor final não obsta a ocorrência do fato gerador do tributo , por se tratar de evento posterior e alheio ao fato gerador do imposto. 4. Conforme previsto no inciso III do art. 2º da Lei Complementar 87/96, o ICMS-comunicação incide sobre a prestação onerosa de serviços de comunicação (por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza); assim, uma vez prestado o serviço ao consumidor, de forma onerosa, incidirá necessariamente o imposto, independentemente de a empresa ter efetivamente auferido receita com a prestação do serviço." (RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.003.758 RONDÔNIA)

QUESTÃO 98. A respeito das garantias e privilégios do crédito tributário, julgue os seguintes itens com base no disposto no CTN, observada a jurisprudência dos tribunais superiores.

I A hierarquia na cobrança judicial de créditos tributários que envolva o estado de Sergipe, o município de Aracaju e a União deve obedecer a seguinte ordem de preferência: União, estado de Sergipe e município de Aracaju.

II As garantias atribuídas ao crédito tributário pelo CTN são absolutas, excluindo-se outras que sejam previstas em legislações esparsas, ainda que derivadas da natureza do tributo.

III O controle de legalidade da inscrição dos créditos em dívida ativa deve ser rígido, porquanto o crédito, uma vez inscrito, goza de presunção relativa de liquidez e certeza.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) O Apenas os itens II e III estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A assertiva I está incorreta. O STF já determinou que não existe hierarquia. “3. A definição de hierarquia na cobrança judicial dos créditos da dívida pública da União aos Estados e Distrito Federal e esses aos Municípios descumpra o princípio federativo e contraria o inc. III do art. 19 da Constituição da República de 1988. 4. Cancelamento da Súmula n. 563 deste Supremo Tribunal editada com base na Emenda Constitucional n. 1/69 à Carta de 1967. 5. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada procedente para declarar não recepcionadas pela Constituição da República de 1988 as normas previstas no parágrafo único do art. 187 da Lei n. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) e no parágrafo único do art. 29 da Lei n. 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais). [ADPF 357 / DF, rel. min. CÁRMEN LÚCIA, P, j. 24-06-2020, DJe-200 de 07-10-2021]”

A assertiva II está incorreta. Conforme disciplina o CTN: “Art. 183. A enumeração das garantias atribuídas neste Capítulo ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram. Parágrafo único. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.”

A assertiva III está correta. Conforme disciplina o CTN: “Art. 204. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída. Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.”

QUESTÃO 99. João, comerciante apresentou volume de vendas aparentemente incompatível com o total de ICMS cobrado dos adquirentes das mercadorias e recolhido aos cofres públicos. Ante a situação, o fisco estadual solicitou as instituições financeiras os dados a respeito das transações financeiras da empresa, os quais foram fornecidos, tendo revelado ingressos constantes nas contas bancárias de João, correspondentes a valores do ICMS que deveriam ter sido recolhidos ao fisco, levando-se em conta relevante lapso temporal. Dado o indício de crimes, o fisco formalizou representação fiscal para fins penais perante o Ministério Público. Nessa situação hipotética, a conduta do fisco foi

- a) ilegítima, ante o equívoco da representação fiscal ao Ministério Público, pois o inadimplemento tributário é conduta atípica.
- b) ilegítima, uma vez que a inclusão do tributo no preço cobrado pela mercadoria revela que os valores são de titularidade de João.
- c) legítima, dada a licitude da obtenção dos dados bancários e do envio da representação fiscal ao Ministério Público, haja vista a caracterização da sonegação fiscal.
- d) ilegítima, porquanto a obtenção dos dados protegidos pelo sigilo bancário está condicionada à reserva de jurisdição.

e) legítima, dada a licitude da obtenção dos dados bancários e do envio da representação fiscal ao Ministério Público, já que caracterizada a apropriação indébita tributária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

As letras A, B, C e D estão incorretas. Nos termos da legislação apresentação a seguir:

A letra E está correta. Nos termos da Lei Complementar n 105/2001: “Art. 6º As autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente. (Regulamento) Parágrafo único. O resultado dos exames, as informações e os documentos a que se refere este artigo serão conservados em sigilo, observada a legislação tributária.”

E, também, da lei 8137/1990: “Art. 2º Constitui crime da mesma natureza (ordem tributária): II - deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;”.

QUESTÃO 100. No tocante aos crimes contra a ordem tributária, assinale a opção correta com base na Lei n.º 8.137/1990 e na jurisprudência dos tribunais superiores.

a) Os crimes materiais previstos na citada lei não prescindem da constituição definitiva do crédito tributário para viabilizar a persecução penal, razão por que o encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público somente é possível após o exaurimento do processo administrativo.

b) Os crimes materiais previstos nessa lei prescindem da constituição definitiva do crédito tributário para viabilizar a persecução penal, razão pela qual o encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público somente é possível após o exaurimento do processo administrativo.

c) Os crimes formais previstos na mencionada lei prescindem da constituição definitiva do crédito tributário para viabilizar a persecução penal, razão por que o encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público somente é possível após o início do processo administrativo.

d) Os crimes formais previstos no referido diploma legal não prescindem da constituição definitiva do crédito tributário para viabilizar a persecução penal, razão pela qual o encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público somente é possível após o exaurimento do processo administrativo.

e) Os crimes materiais previstos na referida lei não prescindem da constituição definitiva do crédito tributário para viabilizar a persecução penal, razão por que o encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público somente é possível após o início do processo administrativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A letra A está correta. Nos termos da jurisprudência do Supremo: “1. A ausência de constituição definitiva do crédito tributário inviabiliza o desenvolvimento válido da persecução criminal,

acarretando o trancamento da ação penal por ausência de justa causa, o que não impede o oferecimento de nova denúncia (ou aditamento da já existente) após o exaurimento da via administrativa, a teor do disposto na Súmula Vinculante 24. [ARE 1.047.419 AgR, rel. min. Dias Toffoli, 2ª T, j. 27-3-2018, DJE 77 de 23-4-2018.]”.

As letras B, C, D e E estão incorretas. Nos termos do julgado anteriormente apresentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreiraJuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)